



RELATÓRIO E CONTAS
2022

h y
Ⓢ









ÍNDICE

Mensagem do Presidente	7
Relatório de gestão	9
1. Enquadramento macroeconómico	11
1.1. Economia mundial	11
1.2. Economia portuguesa	11
2. O SNQTB	13
2.1. Estrutura orgânica	15
2.2. Missão, valores e cultura	18
2.3. Política de qualidade	19
2.4. Responsabilidade social	20
3. Áreas relacionadas e de suporte	21
3.1. Departamento de Recursos Humanos	21
3.1.1. Evolução do efetivo	21
3.1.2. Política salarial	22
3.1.3. Formação	23
3.1.4. Seguro de saúde	23
3.2. Departamento Executivo de Operações	23
3.3. Departamento de Termos de Responsabilidade e Pré-Autorizações	24
3.4. Departamento de Reembolsos	25
3.5. Departamento de Faturação e Convencionados	25
3.6. Departamento Jurídico e de Contencioso Laboral	26
3.6.1. Apoio jurídico aos sócios	26
3.6.2. Apoio jurídico à Direção do SNQTB	27
3.6.3. Contribuição para políticas públicas	28
3.6.4. Fundos de Pensões	31
3.7. Departamento de REI, Acordos e Orçamentos	31
3.8. Departamento de Qualidade	33
3.9. Departamento de Instalações, Aprovisionamento e Comunicações	34
3.10. Departamento de Sistemas de Informação	35
3.11. Unidade de Business Intelligence e Transformação	37



3.12. Departamento da Negociação Coletiva	37
3.13. REPER – Comissão de Acompanhamento de Fundos de Pensões	39
3.14. Departamento de Representação Institucional Interna e Externa	39
3.14.1 Representação institucional interna	40
3.14.2 Representação institucional externa	40
3.15. Departamento de Marketing e Comunicação	41
4. Proposta de aplicação de resultados	43

Notas às contas **45**

Balanço	47
Demonstração dos resultados por naturezas	48
Demonstração das alterações nos fundos próprios	49
Demonstração de fluxos de caixa	50
1. Identificação da entidade	51
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	51
3. Principais políticas contabilísticas	51
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	58
5. Ativos fixos tangíveis	58
6. Propriedades de investimento	59
7. Ativos intangíveis	60
8. Investimentos financeiros método de equivalência patrimonial	61
9. Outros investimentos financeiros	62
10. Clientes	64
11. Estado e outros entes públicos	65
12. Fundadores /beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	65
13. Outros créditos a receber	67
14. Diferimentos	68
15. Ativos financeiros detidos para negociação	68
16. Caixa e depósitos bancários	69
17. Fundos patrimoniais	70
18. Fornecedores	71
19. Outras dívidas a pagar	71
20. Contribuições e quotizações	72



21. Atividade sindical	73
22. Fornecimentos e serviços externos	74
23. Gastos com o pessoal	75
24. Imparidades	76
25. Aumentos/reduções de justo valor	76
26. Outros rendimentos	77
27. Outros gastos	78
28. Juros e rendimentos similares obtidos	78
29. Eventos subsequentes	78
30. Garantias e processos judiciais	79



6



MENSAGEM DO PRESIDENTE



O ano de 2022 marca o terceiro ano consecutivo de resultados económicos positivos, o que permitiu continuar o reforço do nosso crescimento orgânico no mundo sindical, uma política vigorosa de benefícios na área da saúde e da assistência social e um fortalecimento da posição cimeira em termos de solidez financeira e liderança sindical.

Foi um ano marcado pelo acelerar da inflação, cuja evidência se começou ainda a manifestar a partir de outubro de 2021 e que levou este sindicato a procurar dar corpo a um movimento de federação das mesas negociais bancárias, no respeito absoluto e na obediência exclusiva aos interesses dos nossos sócios. Infelizmente, outros, norteados por princípios e obediências

diversas das nossas, ao aceitarem, ao arrepio de toda a lógica, acordar aumentos de tabelas e demais cláusulas de expressão pecuniária de 1/7 do valor da inflação, vieram inquirar o desejo de uma justa redistribuição de rendimento e produtividade geradas na banca.

Num ano marcado pela maior redistribuição de rendimento das últimas décadas, em detrimento dos trabalhadores, ativos e reformados, em que os bancos tiveram os melhores resultados dos últimos 17 anos, não nos furtámos a esforços para inverter este estado de coisas. Não assinámos as propostas dos bancos e encetámos o recurso para a conciliação e para a mediação, sob os auspícios da DGERT, cujo processo ainda decorre. Não nos resignámos a que interesses alheios aos bancários fossem protagonistas do empobrecimento da classe.

Adicionalmente, tomámos várias medidas: sensibilizar os decisores políticos para o empobrecimento da classe bancária; pressionar os bancos no sentido de atribuírem uma verba, extratabela, de emergência, no sentido de mitigarem os efeitos da inflação. O que foi, em grande parte conseguido, no seio das instituições bancárias e na esfera governativa. Aqui, ressalve-se a publicação do decreto-lei 57-C/2022 que, ao estabelecer medidas excepcionais de apoio aos reformados, deixava de fora grande parte dos bancários.

Num processo em que, não me canso de relembrar, desde a primeira hora alertámos os poderes legislativo, executivo e de fiscalização, para a inconstitucionalidade do decreto-lei. Audiências parlamentares nas Comissões de Trabalho e de Finanças, entrevistas na comunicação social, manifestações, parecer jurídico, sensibilização de líderes de opinião, gabinete do Primeiro-Ministro, a nada poupámos os nossos esforços. Por fim, a razão prevaleceu, e ao longo de 2023 a situação será, paulatinamente, reparada.

Também na área da saúde continuaram os movimentos de concentração, perante a aparente inação das autoridades da concorrência, o que se traduziu, agora a coberto do pretexto da inflação, no movimento generalizado de aumentos dos preços cobrados pelos prestadores privados de saúde, amiúde com aumentos de dois dígitos, em claro contraste com a capacidade de financiamento dos subsistemas de saúde. Fruto do nosso crescimento, da venda cruzada de produtos conexos (cartão família, seguros de vida e não-vida via MIS – Mediadora Independentes de Seguros, rendibilização do património imobiliário) e de uma gestão profissional na área da Saúde SNQTB (SAMS Quadros), podemos encetar uma vigorosa política de aumentar os níveis de comparticipação e de cobertura de saúde e assistência social aos nossos beneficiários. Melhoria das comparticipações no ambulatório (consultas, imagiologia),



cirurgias e em áreas onde o SNS tem uma oferta insuficiente (medicina dentária e ortóteses oculares), suspensão dos pagamentos adicionais, foram algumas das medidas tomadas.

Finalmente, na possibilidade de mais de 2000 atos cirúrgicos a custo zero, em mais de 30 entidades hospitalares e clínicas da Rede Escolha Informada (REI), convencionadas com o SAMS Quadros, num momento absolutamente inédito em Portugal.

Tudo no interesse da preservação do bem-estar dos nossos sócios e beneficiários, mas sempre com uma visão de sustentabilidade a longo-prazo.

Importantes avanços de eficiência e eficácia foram feitos nas nossas operações, com prestadores de saúde e com os sócios e beneficiários. Um portal com mais funcionalidades, uma diminuição da nossa pegada ecológica, tempos de resposta mais expeditos, beneficiaram os nossos sócios e a nossa sustentabilidade.

Gostaria também de realçar a importante obra social da Fundação Social Bancária (FSB) tornada possível pela consagração e esforço de nossos sócios e beneficiários. Bolsas de estudo, concursos literários, aperfeiçoamento linguístico, apoio social de emergência, ação de solidariedade para com o povo ucraniano, espetáculos de Natal, apartamentos para férias, foram algumas das áreas cobertas pela FSB. Porque os bancários são, antes de mais, cidadãos e solidários para com o seu semelhante.

Seria injusto não destacar o profissionalismo e o nível de competência das nossas duas áreas de Representação Permanente (REPER), na Negociação Coletiva e nas Comissões de Acompanhamento dos Fundos de Pensões.

Atente-se que a obra e o trabalho ímpar do SNQTB, em prol dos bancários e suas famílias, só tem sido possível pelo profissionalismo, dedicação e empenho dos nossos trabalhadores.

A visibilidade crescente das marcas SNQTB, SAMS Quadros, SNQTB Saúde Digital, SNQTB Anima, USI – União dos Sindicatos Independentes, Ótica SAMS Quadros, para além das mencionadas MIS e FSB, reforçam a valia do sindicato.

Na FISBANCA, preparamos o alargamento a mais sindicatos espanhóis, visando criar uma convergência e concertação sindical ibérica.

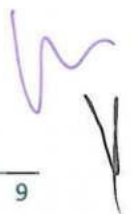
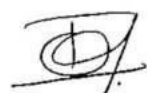
Na FECEC – Federação Europeia dos Quadros das Instituições de Crédito, mantivemos uma vice-presidência e conquistámos uma posição de secretário-geral adjunto. No âmbito da CEC - Confederação Europeia dos Quadros, reforçámos a nossa ligação, com a participação em grupos de trabalho sobre Igualdade de género; Inclusão digital; Teletrabalho e Neutralidade Energética. Domínios e discussões de temas vanguardistas, que nos habilitam a ser voz influente em contexto europeu com conteúdo português.

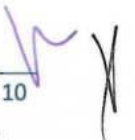
Em resumo, o ano de 2022 consolidou a marca indelével do SNQTB, não apenas o maior sindicato de trabalhadores no ativo em Portugal (com quase um milhar de sócios novos em 2022), mas o mais profissional, competente, sólido e sustentável.

Novo Rumo, Rumo Certo!



RELATÓRIO DE GESTÃO







1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1.1 Economia mundial

O ano de 2022 ficou marcado pela inflação, pelo conflito militar na Ucrânia e pelo aumento mais agressivo das taxas de juro por parte dos bancos centrais nos últimos 20 anos.

No início do ano as expectativas apontavam para um crescimento da economia mundial na ordem dos 4,3%, tendo as últimas estimativas do ano apontado para um crescimento moderado na ordem dos 3,1%. De acordo com os dados mais recentes, o crescimento do PIB abrandou em 2022 nas principais economias.

Os Estados Unidos, maior economia do mundo, registaram um crescimento de 3,1% em 2022 (6,1% em 2021). A China atingiu um crescimento anual de 3,0% em 2022 (8,4% em 2021). Já a economia da Zona Euro apresentou um crescimento de 3,3% em 2022, depois de em 2021 ter apresentado um crescimento de 5,4%. As economias emergentes, condicionadas por um crescimento económico mais lento na China e pelos efeitos da inflação, registaram uma desaceleração do seu crescimento económico em 2022.

O conflito militar na Ucrânia colocou pressão sobre a inflação global que fez disparar o preço da energia e dos produtos alimentares. A reabertura de muitas economias em 2022 continuou a causar perturbações na cadeia global de abastecimento e na inflação, sobretudo no 1º semestre do ano. Na Europa, o impacto do aumento dos preços da energia e dos alimentos foi mais evidente no 2º semestre de 2022.

Os preços no consumidor a nível global, que já estavam a subir em 2021 (4,7%), deverão ter atingido um pico de 7,5% em 2022, de acordo com as últimas estimativas. Tanto na Europa, como nos EUA, a inflação homóloga medida pelo IPC atingiu os níveis mais elevados desde os anos 80, registando um pico, em termos homólogos, de 10,7% na Zona Euro, em outubro, e de 9,1% nos EUA, em junho. Devido ao ritmo de crescimento mais lento na China, a subida da inflação deverá ter ficado em 2,1% em 2022.

A maioria dos bancos centrais das economias ocidentais viram-se ultrapassados na tentativa de manter a trajetória da inflação perto da meta em 2022. A resposta tardia ao aumento acima do esperado da inflação forçou os principais bancos centrais, nomeadamente a Reserva Federal, o BCE e o Banco de Inglaterra, a iniciar um ciclo agressivo de subida de juros a partir do 1º semestre de 2022. Efetivamente, a Reserva Federal procedeu a um aumento de 75 pontos base (pb) da sua taxa de referência, o que não acontecia desde 1994, tendo o BCE adotado o mesmo ritmo de subida, pela primeira vez desde a união monetária em 1999. No final de 2022, a taxa FED *funds* atingiu 4,5% (+425 pb), a taxa principal de refinanciamento do BCE 2,5% (+250 pb) e a taxa de referência do Banco de Inglaterra 3,5% (+340 pb).

Apesar do ritmo agressivo de aperto das condições monetárias imposto pelos bancos centrais, em 2022, as taxas de juro reais nas economias desenvolvidas permaneceram no nível mais negativo desde os anos 80, devido à elevada inflação. Os principais indicadores económicos, tais como emprego, vendas a retalho, produção industrial e preços da habitação, mantiveram-se ainda resilientes em 2022. A maioria dos indicadores de confiança das empresas e dos





consumidores deteriorou-se no 2º semestre de 2022, devido à previsão de subida das taxas de juro.

A resiliência da economia, e especialmente do mercado de trabalho, foi uma das fontes de inflação persistente nas economias desenvolvidas em 2022. Na Zona Euro, a taxa de desemprego atingiu o nível mais baixo de sempre, 6,6% em 2022, tendo caído para 3,6% nos EUA, o registo mais baixo desde 1970.

1.2 Economia portuguesa

O Produto Interno Bruto (PIB) português apresentou um crescimento de 6,7% em 2022, o mais elevado desde 1987. De referir que o crescimento verificado ficou acima dos 6,5% previstos pelo Governo no Orçamento do Estado para 2023.

A procura interna apresentou um contributo positivo expressivo para a variação anual do PIB, mas inferior ao observado no ano anterior, verificando-se uma aceleração do consumo privado e um abrandamento do investimento. O contributo da procura externa líquida foi positivo em 2022, após ter sido negativo em 2021, tendo-se registado uma aceleração em volume das exportações de bens e serviços e uma desaceleração das importações.



2. O SNQTB

O **Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários** é um projeto iniciado em 1983, tendo como objetivo a defesa exclusiva dos profissionais que, na Banca Portuguesa, exercem funções técnicas ou de enquadramento.

Pautando-se por uma prática sindical rigorosamente apartidária e independente, o **SNQTB** tem vindo a afirmar-se na vida sindical e na sociedade portuguesa pelas posições responsáveis que assume, pela forma dialogante como encara os problemas e pela razoabilidade das soluções que apresenta.

Valorizando igualmente a noção de sindicato moderno e reformista tem, cada vez mais, dinamizado o conceito de serviço social, isto é, o Sindicato é também uma empresa de prestação de serviços de qualidade, ao encontro das necessidades dos Sócios e suas famílias.

A sede do **SNQTB** situa-se na Rua Pinheiro Chagas nº 6 em Lisboa (metro Saldanha), onde se encontram alguns Departamentos, estando os restantes serviços instalados em outros edifícios, nomeadamente, na Rua Viriato, 27B (metro Picoas) e na Av. Miguel Bombarda, nº 61, e nº 56 2º esq. e dto.

O **SNQTB** dispõe ainda de treze Delegações em: Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Viseu, Covilhã, Leiria, Lisboa, Faro, Santarém, Setúbal, Funchal e Ponta Delgada.

Em Portugal, o **SNQTB** é membro fundador e coordenador da **USI - União dos Sindicatos Independentes** e da **FSIB- Federação dos Sindicatos Independentes da Banca**.

O **SNQTB**, através da USI, é membro efetivo do Conselho Económico e Social da Região Autónoma da Madeira – CES Madeira, detendo a vice-presidência da Comissão Permanente de Concertação Social.

A nível internacional, o **SNQTB** é membro fundador da **FISBANCA** – Federação Ibérica dos Sindicatos da Banca e das Instituições Financeiras; associado da **CEC** – Confederação Europeia de Quadros e da **FECEC** – Federação Europeia dos Quadros e dos Estabelecimentos de Crédito, na qual detém a vice-presidência.

Sabendo que os primeiros anos de vida são fundamentais na preparação das bases de competências, habilidades e valores do ser humano, e consciente das atuais dificuldades das famílias, o **SNQTB**, na sua habitual estratégia de intervenção, procurou encontrar soluções que fossem ao encontro das necessidades dos seus Sócios, no que respeita à educação das crianças e jovens que integram o agregado familiar.

Foi precisamente neste contexto que foi tomada a decisão de instituir a **FSB- Fundação Social Bancária**, instituição particular sem fins lucrativos, de âmbito nacional, que desenvolve atividades no âmbito da política social, particularmente no apoio às crianças e jovens.

A **FSB**, que tem como entidade instituidora o **SNQTB**, foi reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social e pessoa coletiva de utilidade pública por despacho de 28/12/2011 do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, tendo sido lavrado o respetivo registo em 05/01/2012, pela inscrição nº2/2012, a fls.38 e 38verso, do Livro nº7, das Fundações de Solidariedade Social.



Com o objetivo de colocar os seguros dos ramos Vida e Não Vida, em condições vantajosas para os sócios do SNQTB e dos demais Sindicatos afetos à USI, foi criada a **MIS – Mediação Independente de Seguros**.

De imediato, o Instituto de Seguros de Portugal reconheceu à MIS o estatuto de Mediador Ligado, tendo emitido, em 28 de agosto de 2007, o Certificado nº 2007/15779.

A evolução do mercado e a instabilidade do setor de seguros levou os responsáveis da MIS a renegociar os acordos com as referidas seguradoras e a solicitar ao Instituto de Seguros de Portugal a alteração do seu estatuto de Mediador Ligado para Agente de Seguros, com vista a possibilitar a celebração de contratos com outras Companhias de Seguros. A MIS deixou de ser um Mediador Ligado e passou à categoria de Agente de Seguros.

Atualmente, a MIS, comercializa seguros do Ramo Não Vida (automóvel, habitação, acidentes de trabalho, responsabilidade civil, condomínio, caçadores e outros) e Seguros do Ramo Vida (PPR's e Seguros de Vida).

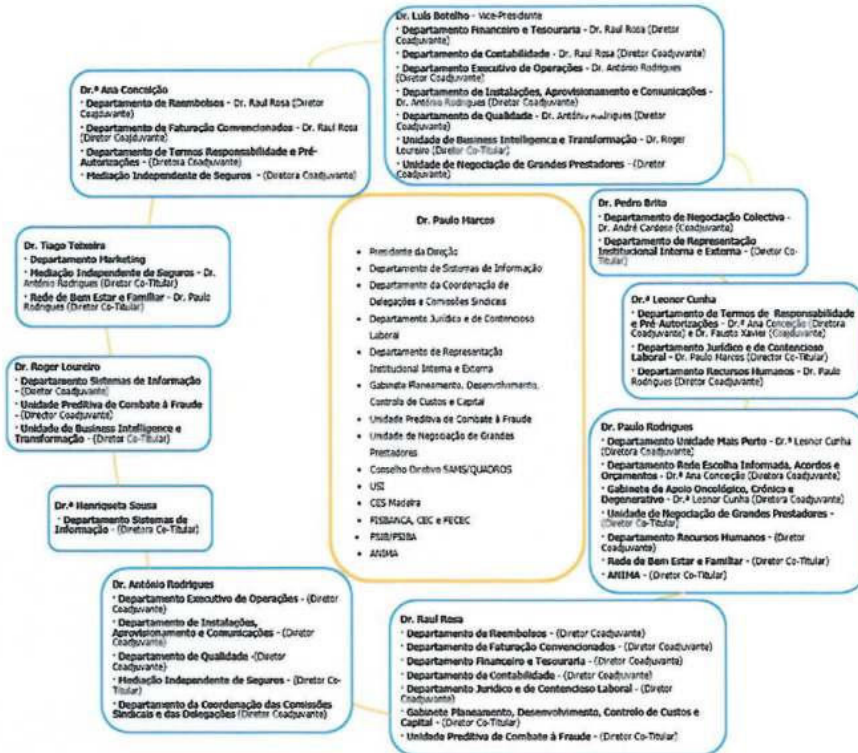
A partir de outubro de 2017, a MIS estabeleceu um protocolo comercial com a Melhor, um dos maiores corretores de seguros em Portugal.

Em maio de 2018, o SNQTB abriu, em parceria com um dos maiores operadores, a sua primeira loja de ótica em Lisboa. Seguiu-se em 2019 uma outra unidade "Ótica SAMS Quadros" na cidade do Porto.

O crescimento do SNQTB não ficará por aqui e à medida que o seu número de sócios aumenta, cresce também a vontade dos seus dirigentes e colaboradores em prestar um serviço de excelência.

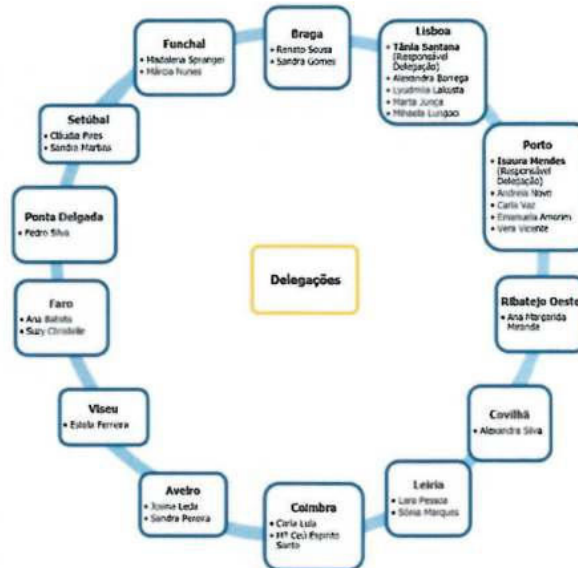


2.1. Estrutura orgânica





Organograma – Delegações



Organograma – Comissões Sindicais

novobanco

- **Viseu/Porto/Coimbra**
 - Ana Falcão
 - Antónia Mota
 - Mário Martins
- **Lisboa**
 - José Gonçalves
 - Rui Mota

Millennium

- **Porto/Coimbra**
 - André Cardoso
 - Isabel Severino
- **Lisboa**
 - João Carvalho
 - Pedro Rola

BPI Grupo CaixaBank

- **Porto**
 - Alberto Rocha
- **Lisboa**
 - Isabel Remédios





- José Marques

Santander

- **Porto**
 - Alberto Pereira
 - Teresa Marques
- **Lisboa**
 - Fausto Xavier
 - Mário Almeida
 - Susana Gonçalves

Banco Montepio

- **Porto/Coimbra**
 - Carla Rito Cunha
- **Lisboa**
 - Eva Santo António
 - Nélon Santos
 - Salvador Pereira

parvalorem

- **Porto**
 - Nídia Deveza

EuroBic

- **Porto/Coimbra**
 - João Paulo Pratas

BANCO DE PORTUGAL EUROSISTEMA

- **Lisboa**
 - Francisco Conceição.

BNP PARIBAS

- **Lisboa**
 - Liliana Marques



Fundação Social Bancária (FSB)

- Conselho de Administração: Dr. Paulo Marcos (Presidente), Dr. António Amaral (Vice-Presidente), Dr. José Barroso (Vogal), Dr. José Leite Maia (Vogal) e Dr. Amaro Ruivinho (Vogal);
- Comissão Executiva: Dr. António Amaral, Dr. José Leite Maia e Dr. José Barroso.

Sociedade Gestora de Fundos de Pensões (SGF)

- Conselho de Administração: Dra. Rita Appleton;
- Conselho Fiscal: Dr. Raúl Rosa.

Mediação Independente de Seguros (MIS)

- Gerentes: Dr. Tiago Teixeira, Dr. António Rodrigues, Dra. Ana Conceição e Dra. Susana Mendes.

Teorias Rotativas SGPS, Lda

- Gerentes: Dr. Paulo Marcos, Dr. Tiago Teixeira, Dr. Paulo Rodrigues, Dr. José Barroso, Dr. António Amaral e Dr. Luís Botelho.

União de Sindicatos Independentes (USI)

- Representantes SNQTB:
 - o Conselho Diretivo: Dr. Paulo Marcos (Presidente) e Dr. Rui Galdes (vogal);
 - o Comissão Executiva: Dr. Manuel Ramos Lopes (Presidente) e Dra. Eva Santo António (vogal);
 - o Mesa da Assembleia Geral: Dr. António Borges Amaral (Presidente) e Dr. Fausto Xavier (secretário);
 - o Conselho Fiscal: Dr. Luís Botelho (secretário) e Dr. Mário Almeida (suplente);
 - o Conselho de Disciplina: Dr. Pedro Brito (Vice-presidente) e Dra. Ana Conceição (secretário);
 - o Conselho Coordenador: Dr. Paulo Marcos (Presidente).

Federação dos Sindicatos Independentes da Banca (FESIBA/FSIB)

- Representantes SNQTB: Dr. Paulo Marcos, Dr. António Amaral, Dr. Pedro Brito.

Confederação Europeia de Quadros (CEC)

- Representantes SNQTB: Dr. Paulo Marcos, Dr. Luís Botelho, Dr. Paulo Rodrigues, Dr. Pedro Brito, Dra. Eva Santo António, Dr. Rui Mota, Dr. Pedro Rola e Dra. Maria Antónia Mota.

Federação Europeia dos Quadros e das Instituições de Crédito e Financeiras (FECEC)

- Representantes SNQTB:
 - o Assembleia Geral: Dr. Paulo Marcos, Dr. Pedro Brito, Dr. Luís Botelho, Dra. Leonor Cunha, Dra. Ana Conceição e Dr. Raúl Rosa
 - o Comité Diretor: Dr. Paulo Marcos, Dr. Pedro Brito e Dra. Antónia Mota.

2.2. Missão, valores e cultura

Missão

O SNQTB é uma associação autónoma, independente do Estado, dos empregadores e de associações de qualquer natureza, designadamente de carácter político e que orienta a sua ação pelos princípios do sindicalismo democrático.



Tem assim como missão prestar um serviço de excelência aos sócios designadamente em questões de natureza laboral e sindical e da prestação e participação de serviços de saúde através do SAMS Quadros.

Valores e Cultura

Os trabalhadores, os titulares dos órgãos sociais do SNQTB, e os prestadores de serviços pautam a sua atuação por padrões elevados de ética profissional. Evitam situações suscetíveis de originar conflitos de interesses. E asseguram o estreito cumprimento dos seguintes princípios éticos:

OBJETIVIDADE

Os trabalhadores e os membros dos órgãos sociais devem atuar de modo imparcial e com isenção, em relação a todos aqueles com os quais contactam no âmbito da sua atividade profissional.

CONFIDENCIALIDADE

Os trabalhadores e os membros dos órgãos sociais devem manter a reserva e discrição em relação a factos e informações de que tenham conhecimento no exercício das suas funções.

INDEPENDÊNCIA

Os trabalhadores e os membros dos órgãos sociais devem agir com independência e equidistância relativamente a todas as entidades e pessoas com quem estabeleçam uma relação em virtude do exercício das suas funções.

INTEGRIDADE

Os trabalhadores e os membros dos órgãos sociais devem atuar segundo critérios de honestidade e lealdade pessoal e do interesse público que representam, para garantir a veracidade e confiança no trabalho realizado.

COMPETÊNCIA

Todos trabalhadores e os membros dos órgãos sociais devem assumir-se como profissionais que dedicam o seu esforço e empenho ao cumprimento das tarefas que lhes são confiadas, exercendo a sua atividade diária com rigor técnico.

PROPORCIONALIDADE

Os trabalhadores e os membros dos órgãos sociais devem pautar a sua conduta pela adequação dos seus procedimentos aos objetivos da sua atividade.

RIGOR

Os trabalhadores e os membros dos órgãos sociais devem exercer a sua atividade diária com o máximo de rigor técnico.

2.3. Política de Qualidade

No sentido de melhorar continuamente os seus valores e a sua missão, o Grupo SNQTB, todos os anos, é alvo de auditorias para renovação da certificação de qualidade, para assim, confirmar a concordância do seu Sistema de Qualidade com a norma de referência comum e internacionalmente reconhecida, a norma – SC-BUPR-054.



Procura desta forma aumentar a confiança dos Sócios, através de uma longa e clara demonstração da Qualidade dos seus serviços.

Assim, o Grupo SNQTB, ciente da sua responsabilidade na tarefa de satisfazer os Sócios, assume os seguintes compromissos:

- Satisfazer as expetativas do sócio, ultrapassando-as se possível através da permanente melhoria dos serviços prestados;
- Otimizar continuamente os processos do Sistema de Gestão da Qualidade, de modo a reduzir gastos desnecessários;
- Definir periodicamente um conjunto de objetivos na ótica de uma melhoria do desempenho na empresa;
- Avaliar e promover a satisfação das necessidades e expetativas legítimas dos sócios;
- Planear, operar, gerir e manter as infraestruturas de forma eficaz e eficiente..

2.4. Responsabilidade social

O Grupo SNQTB, pretende cada vez mais desempenhar um papel ativo na sociedade em que atua, contribuindo de forma relevante, através de obras realizadas e projetos previstos, para o desenvolvimento e progresso das respetivas zonas circundantes, preservando o meio envolvente e acima de tudo melhorando a qualidade e bem-estar de todos.

Nesse sentido, no Grupo SNQTB, todos os projetos possuem um carácter de responsabilidade social sob a orientação dos anteriores pressupostos.





3. ÁREAS RELACIONADAS E DE SUPORTE

3.1. Departamento de Recursos Humanos

No início do ano de 2022 assistiu-se a uma recuperação da atividade económica nacional, devido ao desconfinamento faseado e à elevada adesão à vacinação contra a Covid 19.

Ao longo desse ano a competitividade empresarial sofreu reestruturações derivadas da evolução tecnológica, dos custos inerentes à organização, gestão e métodos de trabalho.

Deste modo, o SNQTB, reconhecendo que os recursos humanos são um ativo sempre relevante dentro da organização, pretendeu dotar e qualificar os seus recursos humanos com novas ferramentas de trabalho, investindo na formação adequada às necessidades de cada Departamento/Delegação. Nesse âmbito, apostou também na contratação de recursos especializados nos Departamentos/Delegações em que tal se impunha.

Também à semelhança do ano de 2021, o Sindicato manteve o regime de teletrabalho e o desfasamento dos horários de entrada e saída dos trabalhadores, assim como a continuidade das equipas de trabalho em espelho

3.1.1 Evolução do Efetivo

O quadro de pessoal, entre 2020 e 2022, evidencia uma oscilação no número efetivo global de trabalhadores. Podemos observar que o número de trabalhadores com contrato sem termo tem vindo a aumentar gradualmente, contrariamente, no que respeita ao decréscimo significativo do número de trabalhadores com contrato a termo certo.

A tabela seguinte evidencia detalhadamente a informação relativa a este indicador (evolução do efetivo).

Quadro de pessoal a 31 de dezembro			
Ano	2022	2021	2020
Sem termo	104	98	95
Termo Certo	9	19	18
Efetivo global	113	117	113

No quadro seguinte, podemos observar que ocorreram 7 saídas em 2022, maioritariamente por iniciativa do trabalhador.



Saídas			
Ano	2022	2021	2020
Reforma por limite de idade			1
Revogação por Mútuo Acordo		2	8
Cessação de contrato a termo certo	1	1	
Iniciativa do trabalhador	6	5	
Outros			1
Efetivo global	7	8	10

3.1.2 Política salarial

Ao longo dos últimos 3 anos e de acordo com o refletido no quadro abaixo, os trabalhadores do SNQTB tiveram aumentos anuais de 0,3%, 0,5% e 1,3% respetivamente em 2020, 2021 e 2022, sobre todos os vencimentos base e complementos.

Vencimentos - Trabalhadores			
Ano	2022	2021	2020
% Aumento	1,3%	0,5%	0,3%

No que respeita ao subsídio de alimentação, tem sido política da Direção do SNQTB aproximar os valores recebidos pelos trabalhadores aos valores também recebidos pelos trabalhadores do setor bancário, privilegiando uma convergência paulatina a esse título.

Esta política foi iniciada em julho de 2018 com aumento para 8,00€/dia (vs. 7,25€/dia, em vigor desde 2015) e prosseguiu em abril de 2019 (aumento para 8,50€/dia), janeiro de 2020 (aumento para 9,00€ por dia), e janeiro de 2021, com novo aumento para os 9,50€ por dia.

Subsídio de alimentação - Trabalhadores			
Ano	2022	2021	2020
Valor	9,50	9,50	9,00



3.1.3 Formação

A formação dos recursos humanos do SNQTQB decorre de necessidades emergentes dos seus trabalhadores, integradas nas diversas e respetivas áreas de atuação. Deste modo, é assim entendida como um elemento de um processo global de gestão e de desenvolvimento dos recursos humanos que contribui para a eficiência da instituição.

A formação que se desenvolve no Grupo SNQTQB constitui um meio que este tem ao seu dispor a fim de atingir os objetivos previamente definidos e, deste modo, contribuir para o reforço constante das competências dos seus trabalhadores e de si mesma, enquanto entidade interveniente na vida social. Não esquecendo nunca que a formação é um dos fatores dinâmicos mais importantes da competitividade de uma instituição, esta surge como uma resposta às constantes mudanças e desafios que a instituição tem de enfrentar.

No ano de 2022, para além da constante formação in job ministrada em todos os Departamentos e Delegações, o Sindicato apostou nas seguintes formações:

- Atendimento ao cliente
- Gestão de conflitos
- Power BI
- Excel
- Cálculo financeiro

No total, foram realizadas 2.696 horas de formação, que abrangeram 72% dos colaboradores.

3.1.4 Seguro de saúde

Os colaboradores do SNQTQB beneficiam de um seguro de saúde contratado junto da MIS – AdvanceCare/Generali, extensível aos seus descendentes, em determinadas condições.

3.2. Departamento Executivo de Operações

Em 2022, o Departamento Executivo de Operações manteve a sua atividade centrada, essencialmente, no apoio aos Sócios, em colaboração com os vários Departamentos e Delegações do SNQTQB.

Nas suas funções destaca-se a receção, tratamento e inserção de propostas de admissão de Sócios, previamente aprovadas e enviadas pela Direção do SNQTQB, assim como a receção, tratamento e conservação física e digital de documentação enviada por Sócios e Beneficiários. O processo de atualização e manutenção da base de dados de Sócios é assegurado por este Departamento, garantindo o controlo de qualidade no tratamento dos dados e nos procedimentos implementados no âmbito das respetivas funções.

O DEO colaborou ainda no processo de validação de Sócios no que respeita às contribuições e quotizações e assegurou o cumprimento do Regulamento do SAMS QUADROS relativamente à atribuição e manutenção do direito à assistência do SAMS QUADROS dos Sócios e Beneficiários.



À semelhança dos anos anteriores, foi desenvolvido o processo de renovação anual de cartões SAMS QUADROS, através de entidade externa especializada, tendo sido produzidos aproximadamente 65.000 cartões. Além disso, na sua atividade regular também se incluiu a emissão, produção e renovação de cartões SAMS QUADROS, cartões BP e Cartões Família.

O DEO presta igualmente apoio aos Sócios no acesso ao Portal do Sócio e respetiva App e assegura o atendimento telefónico aos Sócios para esclarecimento de questões no âmbito do SNQTB e SAMS QUADROS.

3.3. Departamento de Termos de Responsabilidade e Pré-Autorizações

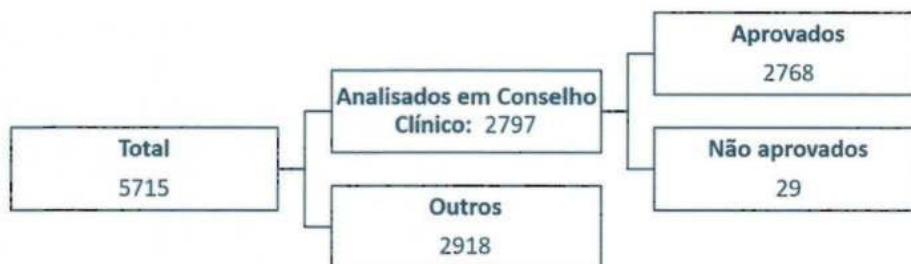
Os termos de responsabilidade emitidos pelo DTRPA permitem aos sócios o acesso à realização de atos médicos, devidamente aprovados em conselho clínico, em prestadores convenionados, sem o pagamento imediato desse mesmo ato. O valor a cargo deverá ser pago quando receber o documento de Encontro de Contas.

O DTRPA é responsável pelas atividades de:

- Análise e constituição dos processos para parecer do Conselho Clínico
- Atendimento telefónico e prestação de esclarecimentos aos sócios
- Interação com os prestadores de Serviços de Saúde

Foram emitidos 5715 Termos de Responsabilidade, dos quais cerca de 49% foram analisados em sede de Conselho Clínico e apenas 1% não foram aprovados devido ao facto de se tratar de atos que estão fora do perímetro de comparticipação do SAMS Quadros.

Os restantes 51% dos TR emitidos foram fundamentalmente para partos, cesarianas, facoemulsificações, alguns meios complementares de diagnóstico e tratamentos.



Comparando com o ano de 2021, assistimos a uma redução substancial no total de Termos de Responsabilidade emitidos, dado que foi decidido que para a realização de Ressonâncias Magnéticas, de Endoscopias e Colonoscopias deixou de ser necessário a emissão de Termo de Responsabilidade.



3.4. Departamento de Reembolsos

O Departamento de Reembolsos (DR) tem como principal missão processar os pedidos de reembolso enviados pelos Sócios, decorrentes de despesas de saúde efetuadas.

Sendo esta a atividade principal, mas não exclusiva, estão ainda na esfera de responsabilidade do DR as seguintes tarefas:

- Análise e processamento de pedidos de Subsídio de Terceira Idade;
- Análise e apresentação ao Conselho Clínico de processos de Estomatologia/Medicina Dentária para aferição da elegibilidade de comparticipação;
- Elaboração de estimativas de comparticipação para tratamentos de medicina dentária;
- Preparação de processos de pedido de empréstimo ao abrigo do Fundo Complementar de Saúde;
- Atendimento telefónico e/ou correio eletrónico aos Sócios para esclarecimento de dúvidas.

Em 2022, o DR recebeu cerca de 222 mil pedidos de reembolso, na sua esmagadora maioria enviados via Portal do Sócio (82%), o que se traduz numa importante evolução face ao ano 2021 (65%).

Sem surpresa face aos anos anteriores, os atos médicos na área de estomatologia/medicina dentária, as consultas e as ortóteses oculares, continuam a ser os mais representativos no total das comparticipações do SAMS Quadros (70%).

Continua a ser um objetivo primordial do DR a manutenção do seu nível de serviço, proporcionando aos Sócios o reembolso das suas despesas no mais curto espaço de tempo. Este objetivo é tanto mais concretizável, quanto maior for o número de pedidos efetuado via Portal do Sócio.

3.5. Departamento de Faturação e Convencionados

A principal atividade do Departamento de Faturação e Convencionados (DFC) consiste em analisar e processar as faturas enviadas pelas entidades de saúde referentes aos serviços prestados aos nossos Sócios e Beneficiários.

Esta atividade centra-se na receção das faturas, a sua conferência face aos acordos estabelecidos entre as entidades de saúde e o SAMS Quadros e a verificação da razoabilidade e adequabilidade dos valores faturados, atuando em estreita ligação com as entidades sempre que ocorra alguma situação anómala.

O DFC é assessorado pelo Conselho Clínico, composto por 7 médicos de diversas especialidades e uma enfermeira de bloco operatório.

Durante o ano 2022, o DFC conferiu cerca de 288 mil faturas.

Ainda em 2022, há a registar o maior projeto em que o DFC esteve envolvido e que passa pela desmaterialização do processo de faturação, com recurso a EDI, que, em estrita colaboração com o DSI e com o Grupo CUF, foi possível terminar o ano com todas as unidades deste grupo de saúde integradas numa nova plataforma de faturação eletrónica. Este projeto segue o seu curso em 2023 com o objetivo de integrar todos os grandes grupos de saúde na faturação eletrónica reduzindo ao mínimo o manuseamento de faturas em papel.



3.6. Departamento Jurídico e de Contencioso Laboral

3.6.1 Apoio jurídico aos sócios

- Aconselhamento e informação

O DJUCL garante o aconselhamento e informação diária dos sócios, por via de reuniões presenciais, por vídeo conferência, telefónica e correio eletrónico.

- Contencioso laboral

No âmbito dos processos disciplinares e judiciais (sendo certo que também se realizaram diligências por vídeo conferências) ocorreram diversas deslocações de acompanhamento e intervenção em processos disciplinares e judiciais, a nível nacional, em múltiplas sessões e diligências.

Foram também acompanhados os procedimentos de despedimento coletivo no Millenniumbcp, Banco Santander Totta, Parvalorem e Banco Edmond de Rothschild.

Processos disciplinares (inclui instaurados, pendentes e findos):

SNQTB – 19

Ações judiciais (inclui instauradas, pendentes e findas):

SNQTB – 70 (sendo que existem quatro processos de impugnação de despedimento coletivo (Millenniumbcp, Banco Santander Totta, Novo Banco e Parvalorem) e foram instauradas 6 providências cautelares quanto ao despedimento coletivo do BST e 1 quanto ao despedimento coletivo do BCP)

SIB – 1 (de despedimento coletivo)

Despedimentos coletivos:

Acompanhamento dos processos de impugnação de despedimento coletivo do Millenniumbcp, Banco Santander Totta, Novo Banco e Parvalorem.

Instauração de providências cautelares nos despedimentos coletivos do Banco Santander Totta (6) e Millenniumbcp (1).

Acompanhamento e intervenção em procedimentos de despedimento coletivo no Banco Edmond de Rothschild (1 sócia) e no Caixa Bank Payments & Consumer (1 sócia).

Outros processos judiciais:

Impugnação de despedimentos individuais e sanções disciplinares, assédio sexual, cálculo de pensão de reforma, conjugação pensão de reforma do ACT com a do Regime Geral de Segurança Social, viatura automóvel, cartão de crédito, créditos laborais e acidentes de trabalho.



Referência para a intervenção do SNQTB na ação judicial relativa ao prémio de antiguidade que continua a decorrer sobre esse tema.

- Questões jurídico-laborais gerais

Sem que se elenquem exaustivamente, foram acompanhadas e merecedoras de intervenção pelo DJUCL questões que se colocaram quanto a grupos/generalidade de trabalhadores, tais como:

- Não atribuição da meia pensão aos bancários reformados, face ao Dec. Lei n.º 57-C/2022;
- Processos de "RMAs" e reformas antecipadas (Novo Banco, Millenniumbcp, Banco Santander Totta, Banco BPI e Banco Montepio);
- Protocolos de manutenção do SAMS/QUADROS (Banco Montepio, Parvalorem, Haitong Bank);
- Avaliação de normativos internos dos Bancos;
- Prestação de trabalho em regime de teletrabalho,
- Assistência à família durante o estado de emergência/calamidade;
- Pensões de reforma e de sobrevivência;
- Encerramento de agências e outras unidades orgânicas.
- Transferências de local de trabalho;
- Exercício de funções:
- Retribuição, componentes retributivas ou créditos salariais;
- Direitos da parentalidade;
- Ausências por doença;
- Acidentes de trabalho;
- Crédito à habitação.

O DJUCL interveio ainda em *Webinaries* com sócios, sobre diversos temas.

3.6.2 Apoio jurídico à Direção do SNQTB

Negociação coletiva

Acompanhamento e intervenção nas negociações no âmbito das seguintes convenções coletivas de trabalho: ACT do Setor Bancário, Millenniumbcp, Banco de Portugal, Caixa Geral de Depósitos, Banco Montepio, Montepio Crédito e Montepio Valor, BNP Paribas, Grupo de Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, EuroBic, Parvalorem e Imofundos, Oitante, 321 Crédito, RightSquare, IGCP e Edmond de Rothschild, com intervenção na preparação de propostas/respostas e em reuniões negociais. É ainda assegurada a publicação no Boletim de Trabalho e Emprego.

Processos de reestruturação (RMA, reformas e pré-reformas)

Intervenção em reuniões e nas comissões de acompanhamento de processos de reestruturação, designadamente do Banco Santander Totta e Millenniumbcp.

Análise de propostas, elaboração de contrapropostas, negociação e análise de documentação.



Comunicados

Participação na elaboração de 27 comunicados do SNQTB e 42 comunicados conjuntos.

Apoio jurídico interno

Emissão de informações solicitados por vários departamentos, como seja o DFT, Departamento de Acordos, DEO e Departamento de Qualidade.

Emissão pareceres solicitados pelo Departamento de Qualidade ou pelo DEO relativos a pedidos de sócios sobre várias matérias como: direito à assistência a familiares (netos, sobrinhos, filhos maiores), integração de companheiros, alteração de agregados familiares, assistência de filhos no estrangeiro, validade de atestados médicos de incapacidade ou legitimidade de pedidos de comparticipação de despesas (tendo em conta os prazos determinados no Regulamento do SAMS QUADROS).

3.6.3 Contribuição para políticas públicas

O Sindicato e a USI quanto a esta matéria, inclusivamente em Direito a constituir, apresentou contributos relativamente às seguintes propostas e projetos de lei apresentadas pelo Governo e Grupos Parlamentares e respetivos temas de natureza laboral e previdencial.

Na sequência da análise de projetos e propostas de lei apresentadas na Assembleia da República em 2022 foram elaborados 36 contributos.

Na sequência da análise de propostas de orçamento e decretos legislativos regionais apresentadas na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira em 2022 foram elaborados 9 contributos.

Na sequência da análise de proposta de decreto legislativo regional apresentada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 2022 foi elaborado 1 contributo.

Em concreto:

1. Contributo ao projeto de lei 36/XV/1.^a (PAN) no qual se pretendia o reforço do direito à liberdade e autodeterminação sexual e do próprio conceito de assédio sexual na legislação laboral.
2. Contributo ao projeto de lei 767/XIV/2.^a (Deputada Não Inscrita – NINC), que versava sobre luto por perda gestacional;
3. Contributo ao projeto de lei 60/XV/1.^a (PCP), que visava alteração do regime de trabalho temporário, limitando a sua utilização e reforçando os direitos dos trabalhadores;
4. Contributo ao projeto de lei 61/XV/1.^a (PCP), que visava o combate à precariedade laboral e o reforço dos direitos dos trabalhadores;
5. Contributo ao projeto de lei 62/XV/1.^a (PCP), que visava a redução, para 35 horas, do limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores;
6. Contributo ao projeto de lei 63/XV/1.^a (PCP), que visava garantir o efetivo cumprimento dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas, nas modalidades grupal e por regulamentação coletiva;



7. Contributo ao projeto de lei 65/XV/1.^a (PCP), que visava conferir natureza de título executivo às decisões condenatórias da ACT e altera o regime processual aplicável às contraordenações laborais e de segurança social;
8. Contributo ao projeto de lei 66/XV/1.^a (PCP), que visava a reposição dos montantes e regras de cálculo nas compensações por cessação do contrato de trabalho e despedimento;
9. Contributo ao projeto de lei 67/XV/1.^a (PCP), que a alteração do regime do despedimento coletivo, do despedimento por extinção do posto de trabalho e a revogação do despedimento por inadaptação;
10. Contributo à proposta de lei 15/XV do Governo no âmbito da Agenda do Trabalho Digno e de Valorização dos Jovens no Mercado de Trabalho.
11. Contributo ao projeto de lei 304/XV/1.^a (BE), que visava alterar o regime jurídico aplicável à contratação a termo;
12. Contributo ao projeto de lei 161/XV/1.^a (BE), que visava reforçar os mecanismos de combate ao trabalho forçado e outras formas de exploração laboral, bem como responsabilizar toda a cadeia de subcontratação e empresas utilizadoras, bem como gerentes, administradores e diretores
13. Contributo ao projeto de lei 162/XV/1.^a (BE), que visava revogar a presunção legal de aceitação do despedimento por causas objetivas quando o empregador disponibiliza a compensação ao trabalhador;
14. Contributo ao projeto de lei 163/XV/1.^a (BE), que visava o alargamento da proteção social dos trabalhadores em regime de trabalho noturno e por turnos;
15. Contributo ao projeto de lei 164/XV/1.^a (BE), que visava a redução, para 35 horas, do limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores do setor privado;
16. Contributo ao projeto de lei 165/XV/1.^a (BE), que visava a reposição dos 30 dias de retribuição base e diuturnidades, para efeitos de cálculo da compensação por cessação de contrato de trabalho que não resulte de despedimento ilícito;
17. Contributo ao projeto de lei 166/XV/1.^a (BE), que visava consagrar o número mínimo de 25 dias úteis de férias para todos os trabalhadores;
18. Contributo ao projeto de lei 167/XV/1.^a (BE), que visava a reposição dos valores de trabalho suplementar que vigoraram até à revisão do Código do Trabalho de 2012;
19. Contributo ao projeto de lei 169/XV/1.^a (LIVRE), que visava alargar os direitos da parentalidade, reforçar os direitos das crianças e reforçar a igualdade de género na parentalidade;
20. Contributo ao projeto de lei 170/XV/1.^a (LIVRE), que visava a redução, para 35 horas, do limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores do setor privado;
21. Contributo ao projeto de lei 174/XV/1.^a (PAN), que visava a alteração do Código de Trabalho, de modo a alterar o regime de faltas justificadas, incluindo as faltas por motivo de dores menstruais;
22. Contributo ao projeto de lei 175/XV/1.^a (PAN) que visava a alteração do regime de faltas por motivo de luto gestacional;
23. Contributo ao projeto de lei 176/XV/1.^a (PAN) que visava o reforço de medidas de proteção na parentalidade;



24. Contributo ao projeto de lei 168/XV/1.^a (BE) que visava o reforço da negociação coletiva e do respeito pela filiação sindical, bem como repor o tratamento do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador;
25. Contributo ao projeto de lei 149/XV/1.^a (CHEGA) que visava a alteração do regime de faltas por motivo de luto, nomeadamente a atribuição de até 5 dias de faltas justificadas em caso de perda gestacional involuntária;
26. Contributo ao projeto de lei 364/XV/1.^a (PAN) que visava assegurar mais tempo de descanso e lazer por via da redução do limite máximo do período normal de trabalho e da consagração do direito a 25 dias úteis de férias nos setores público e privado;
27. Contributo ao projeto de lei 371/XV/1.^a (CHEGA) que visava a alteração do regime processual do incidente de revisão da incapacidade ou da pensão;
28. Contributo ao projeto de lei 374/XV/1.^a (LIVRE) que visava estabelecer o número mínimo de 25 dias úteis de férias no setor privado e público;
29. Contributo ao projeto de lei 1/XV/1.^a (PCP) que visava reforçar os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos;
30. Contributo ao projeto de lei 2/XV/1.^a (PCP) que visava a reposição dos valores de trabalho suplementar que vigoraram até à revisão do Código do Trabalho de 2012;
31. Contributo ao projeto de lei 3/XV/1.^a (PCP) que visava a reposição do princípio do tratamento mais favorável, a eliminação da caducidade da contratação coletiva, bem como regular a sucessão das convenções coletivas de trabalho;
32. Contributo ao projeto de lei 311/XV/1.^a (PCP) que visava a revisão do regime de reparação dos acidentes de trabalho;
33. Contributo ao projeto de lei 313/XV/1.^a (PCP) que visava o recálculo das prestações suplementares para assistência a terceira pessoa atribuídas aos sinistrados do trabalho;
34. Contributo ao projeto de lei 323/XV/1.^a (CHEGA) que visava alterar regime da transmissão de empresa ou estabelecimento, previsto no Código do Trabalho;
35. Contributo à proposta de lei n.º 38/XV/1.^a (Orçamento de Estado para 2023) e apresentação de propostas de natureza jurídica.
36. Contributo ao projeto de lei 323/XV/1.^a (CHEGA) que visava alterar regime da transmissão de empresa ou estabelecimento, previsto no Código do Trabalho; Foi ainda elaborado parecer em nome da USI sobre roteiro publicado pela Comissão Europeia sobre o reforço do diálogo social no espaço comunitário.

Foi ainda elaborado parecer em nome da USI sobre roteiro publicado pela Comissão Europeia sobre o reforço do diálogo social no espaço comunitário.

De salientar também a elaboração de parecer da USI sobre a proposta de orçamento regional da Região Autónoma da Madeira para 2022 e parecer sobre documento da CEC relativo a plataformas digitais de trabalho.

Contribuição para políticas públicas da Região Autónoma da Madeira

1. Emissão de parecer em nome da USI sobre a proposta de orçamento para a região autónoma da Madeira para 2023.



2. Contributo à proposta de decreto legislativo regional sobre a Proteção Civil na região;
3. Contributo à proposta de decreto legislativo regional sobre o regime legal da carreira especial dos trabalhadores afetos ao corpo de polícia florestal da Região Autónoma da Madeira;
4. Contributo à proposta de decreto legislativo regional sobre o regime jurídico de apoio técnico e financeiro à integração e manutenção no mercado de trabalho das pessoas com deficiência e incapacidade na Região Autónoma da Madeira;
5. Contributo à proposta de decreto legislativo regional sobre majoração da avaliação dos participantes de programas de ocupação de desempregados e estágios profissionais que concorrem a concursos para o preenchimento de postos de trabalho na Administração Pública;
6. Contributo à proposta de decreto legislativo regional sobre a revisão das carreiras especiais da Autoridade Tributária e Assuntos Fiscais da Região Autónoma da Madeira e procede à republicação do mesmo diploma;
7. Contributo à proposta de decreto legislativo regional sobre a criação da Agência de Inovação e Modernização da Região Autónoma da Madeira;
8. Contributo à proposta de decreto legislativo regional sobre Plano Regional de Combate à Precariedade Laboral e à Contratação Ilegal;
9. Contributo à proposta de decreto legislativo regional sobre vinculação extraordinária de docentes.

Contribuição para políticas públicas da Região Autónoma dos Açores

Contributo à proposta de decreto legislativo regional sobre atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida e criar uma medida excecional de compensação.

3.6.4 Fundos de Pensões

Intervenção e análise de documentação, bem como em reuniões, relativas a comissões de acompanhamento de Fundos de Pensões, nas quais o SNQTB se encontra representado, designadamente Millenniumbcp, Banco Montepio, Banco Santander Totta/Banif, Banco BPI, Banco de Portugal, Haitong Bank, Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, Banco de Portugal, Bankinter, BBVA, Barclays Bank, BNP Paribas e Unicre.

3.7. Departamento de REI, Acordos e Orçamentos

Acordos

Departamento cuja vertente dos acordos, tem como principal objetivo a celebração de convenções com entidades prestadoras de serviços na área da saúde e toda a logística inerente à sua manutenção e atualização.

Prioridade na celebração de acordos nas áreas geográficas onde a oferta é mais limitada, permitindo assim alargar o leque de entidades que o SAMS Quadros disponibiliza aos seus beneficiários.



O Departamento REI, Acordos e Orçamentos tem a seu cargo a gestão de 3090 acordos ativos a nível nacional, dos quais 279 entidades incluídas na Rede Escolha Informada (REI).

Tendo em consideração a conjuntura de recuperação pós pandemia e o crescendo da atividade dos fornecedores de saúde, em 2022 foram firmados 66 novos acordos e efetuadas inclusões / renegociações contratuais, no âmbito de diversas valências e em várias entidades, num total de 429 adendas efetuadas.

Vídeo-consultas

Salientamos ainda, a disponibilização do novo serviço de vídeo-consulta, numa parceria, exclusiva e inovadora, com o Serviço Médico Permanente (SMP), permitindo o acesso aos beneficiários do SAMS Quadros a consultas de Medicina Geral e Familiar, facilitando a prescrição de receituário e a diminuição de tempos de espera, bem como deslocações desnecessárias, no acesso a serviços de urgência.

REI – Custo zero

Alargamento da oferta da Rede de Escolha Informada, com preparação da campanha de majoração da comparticipação no âmbito dos procedimentos cirúrgicos/cirurgias.

Orçamentos

A área de Orçamentos tem um papel fundamental no esclarecimento aos sócios para que os mesmos possam fazer uma escolha informada, tendo por base a proposta cirúrgica/terapêutica e as entidades convencionadas com o SAMS Quadros.

Os pedidos de Termos de Responsabilidade são obrigatoriamente acompanhados pela respetiva estimativa de custo, à qual o serviço de orçamentos realiza uma análise de alternativas com uma adequada relação de custo e retorno terapêutico e informa o sócio da previsão de comparticipação para o caso em apreço.

No decurso de 2022 foram rececionados cerca de 3.570 processos de análise de Estimativas de custo/Orçamento.

Gabinete de Apoio ao Oncológico, Crónico e Degenerativo (GAD)

O GAD é uma estrutura de aconselhamento e apoio aos sócios/beneficiários diagnosticados com doenças crónicas graves, degenerativas e oncológicas e seus familiares, que tem como principal função facilitar/agilizar os processos inerentes ao diagnóstico, tratamento e controlo destas doenças, no âmbito da relação entre o Sócio, o SAMS QUADROS e as entidades prestadoras de cuidados de saúde.

Compete ao GAD, no contexto do acompanhamento personalizado que faz aos beneficiários, prestar informações/esclarecimentos/orientações de carácter geral e específico sobre: procedimentos, regras e perímetro de comparticipação do SAMS QUADROS, pré-autorizações, orçamentos, 2ª opinião médica, cuidados continuados e cuidados paliativos, apoio domiciliário, psicologia e psicoterapia, direitos e benefícios, entre outros.

No âmbito do acompanhamento do GAD aos sócios/beneficiários com doença oncológica, é feito o registo e análise dos pedidos de previsão de comparticipação/pré-autorização para tratamentos e cirurgias, com vista à informação sobre as entidades com condições mais favoráveis, que melhor



correspondam às necessidades específicas e expectativas dos sócios/beneficiários, numa ótica de georreferenciação e respeito pelo princípio da liberdade de escolha. Em simultâneo, o acompanhamento do GAD pressupõe o apoio emocional/psicológico destes beneficiários e seus familiares, através do encorajamento e suporte da expressão emocional e promoção da adaptação à doença.

Faz igualmente parte da atividade do GAD a análise detalhada dos consumos e do *dashboard* em oncologia, com foco na evolução da despesa do SAMS QUADROS, comparação entre entidades hospitalares e outros subsistemas de saúde, com vista à elaboração e apresentação das propostas que se mostrem relevantes para uma melhor sustentabilidade do SAMS QUADROS, em resposta ao progressivo aumento do nº de beneficiários em tratamento e despesa no âmbito da oncologia.

Alguns números da atividade do GAD relativos ao ano de 2022:

- 1.185 Beneficiários com Processo de Doença Crónica Ativo
 - o 847 por doença oncológica
 - o 338 por outra(s) patologia(s)
 - o 244 Beneficiários com Processos de Doença Crónica constituídos/renovados
 - o 211 por doença oncológica
 - o 33 por outra(s) patologia(s)

3.8. Departamento de Qualidade

Em 2022, o Departamento de Qualidade continuou a desenvolver a sua atividade em duas principais áreas: o Sistema de Gestão da Qualidade, através da Certificação de Serviço da Gestão Administrativa dos Serviços de Assistência Médico Social para Quadros da Banca e Fundo Complementar de Saúde e, a gestão de reclamações.

No âmbito do Sistema de Gestão de Qualidade, foram realizadas duas auditorias anuais: auditoria interna, em setembro de 2022, realizada por Auditor externo e auditoria externa, realizada em novembro de 2022 pela SGS. Foram verificados os procedimentos da Qualidade junto dos vários departamentos incluídos no sistema de gestão, ocorrendo as devidas adaptações à realidade atual e às necessidades identificadas pelos intervenientes.

Procedeu-se à realização do inquérito anual de avaliação da satisfação dos Sócios, realizado em julho de 2022, em colaboração com o Departamento de Marketing do SNQTB e, posteriormente o respetivo levantamento das sugestões dos Sócios e a implementação de melhorias nos serviços prestados aos Sócios e Beneficiários.

O Departamento de Qualidade manteve a sua atividade relacionada com a elaboração de comunicações internas informativas para todos os colaboradores, que contemplaram decisões e alterações no âmbito do SAMS QUADROS, assim como o contributo nas duas alterações ao Regulamento do SAMS QUADROS, em abril e dezembro de 2022.

Na área de gestão de reclamações, o Departamento continuou as suas funções no que respeita à análise e tratamento dos processos de reclamações, exposições e solicitações dos Sócios no âmbito do SAMS QUADROS. Manteve, igualmente, o seu trabalho em conjunto com a Direção Executiva do SAMS QUADROS nos processos de decisão. Decorrente dessas interações com os Sócios foi possível



implementar melhorias nos serviços prestados pelo SAMS QUADROS e nas tabelas de participação e Regulamento.

Todos os processos são registados e é efetuado o devido follow-up dos tempos de resposta aos Sócios, em cumprimento com o tempo máximo de resposta em vigor que tem sido de 30 dias.

	2020	2021	2022
Total de interações	450	440	483
Número de reclamações	33	38	21
Tempo médio de resposta	11 dias	7 dias	7 dias

3.9. Departamento de Instalações, Aprovisionamento e Comunicações

É missão do DIAC (Departamento de Instalações, Aprovisionamentos e Comunicações) a gestão do património imobiliário próprio e arrendado, designadamente a monitorização do estado geral dos imóveis sob sua responsabilidade, realização de ações de manutenção, reparação, beneficiação, supervisão de obras/intervenções realizadas em imóveis e equipamentos, e assegurar a gestão da limpeza e higienização das mesmas; elaboração de planos de intervenção preventiva e corretiva, promoção de avaliações por entidades credenciadas, tudo tendo em vista a valorização do património próprio e a melhor otimização dos imóveis sob exploração e rendibilização dos ativos imobiliários sob contratos de arrendamento.

É também missão do DIAC gerir a logística (compras de materiais, produtos e serviços e distribuição), os serviços de comunicações móveis (voz e dados) e de segurança física e eletrónica das instalações em exploração, necessários ao bom e normal funcionamento da entidade e ao bem-estar e segurança de Colaboradores, Órgãos Sociais e visitantes.

Em 2022 a atividade do DIAC continuou especialmente orientada para a preservação de todas as instalações e equipamentos, tendo em vista proporcionar adequadas condições de trabalho.

Relativamente ao valioso património imobiliário que se encontra sob contratos de arrendamento, manteve-se a política de acompanhamento próximo e rigoroso do mesmo, tanto no que respeita aos direitos emergentes dos contratos celebrados, como do estado de conservação dos imóveis, assegurando-se assim a defesa dos interesses do SNQTB.

Todas as medidas em estudo ou em curso demonstram o empenho do SNQTB possuir instalações modernas, seguras e apelativas, capazes de proporcionarem as melhores condições de acolhimento aos Sócios e Beneficiários dos SNQTB/SAMS Quadros.



3.10. Departamento de Sistemas de Informação

Desenvolvimentos e projetos

Transformação Digital

A sustentabilidade do planeta, bem como a otimização dos sistemas e processos levaram a que a evolução digital estivesse presente nos grandes desafios que se colocaram durante o ano de 2022.

A área de tecnologia mais uma vez foi posta à prova e foi-lhe exigido um esforço permanente de acompanhamento, atualização e implementação de novas soluções.

Mantivemos presentes três pilares:

- Facilidade de relação com os sócios,
- Melhoria dos processos operativos com redução da utilização de papel,
- Garantia da segurança das soluções implementadas.

Neste contexto damos destaque aos seguintes projetos/processos:

- controlo de plafonds de análises e outros atos;
- complementaridade cálculo de participações, entre sócios e com outros subsistemas;
- atualização do motor de cálculo da faturação de acordo com alterações do regulamento SAMSQ;
- cheque-escolar;
- FAS – Fundo Assistência Social;
- controlo de crédito – controlo integrado de dívidas de sócios;
- alargamento da validação de cartão a novas entidades de saúde;
- desmaterialização do processo de faturação, com recurso a EDI, com entidades de saúde:
 1. Processo integrado já implementado na CUF;
 2. Utilização de assinatura via cartão de cidadão;
 3. *Check-in* em quiosques sem necessidade de recorrer ao balcão para admissão.
- Imposições legais:
 1. ATCUD;
 2. Assinatura Qualificada.

Infraestruturas

Equipas em teletrabalho/modelo híbrido

Garantimos as condições de trabalho das equipas, dando suporte às várias formas de trabalho, teletrabalho ou presencial, assegurando a continuidade dos serviços e o apoio aos sócios.



Atendimento telefónico

Seguindo as boas práticas de atendimento telefónico implementámos o processo de gravação de chamadas, contribuindo para aumentar o grau de confiança dos sócios e a transparência no esclarecimento de possíveis reclamações.

As gravações podem ser utilizadas para apresentar todos os detalhes da conversa: data, duração, participantes e qualquer outra informação pertinente

Datacenter – Renovação e atualização

Atualizámos o *datacenter* do SNQTB com recurso a uma solução de hiperconvergência, suportada diretamente pelo fabricante. Com esta solução, resolvemos a obsolescência do hardware, bem como dotámos a infraestrutura de redundância e de uma capacidade de desempenho superior.

Infraestrutura de comunicações – Renovação e atualização

Renegociámos o contrato de comunicações (fixas e de dados) com o operador, alcançando uma poupança mensal através da racionalização de recursos. O valor assim libertado permitiu a contratação de circuitos de dados para todos os escritórios remotos do SNQTB (incluindo delegações), criando, através de uma solução SD-WAN, redundância e maior eficácia.

Renovámos igualmente todos os *Access Points* (APs), para acesso às redes WiFi, evoluindo para uma solução WiFi 6 (assente na norma 802.11ax), o que garante maior cobertura e velocidade neste tipo de acessos.

Infraestrutura de segurança – Renovação e atualização

Foram renovadas as *firewalls* instaladas no *datacenter*, bem como instaladas *firewalls* dedicadas em todos os escritórios remotos da organização, no âmbito do projeto SD-WAN.

Através da respetiva gestão centralizada, conseguimos a proteção mais eficaz dos vários *endpoints*, bem como a gestão das rotas mais eficientes para acesso aos diversos recursos em rede.

Renegociação de Contratos

Sempre que houve lugar a renovação de contratos, tentámos evoluir para condições mais vantajosas e ajustadas às atuais necessidades do SNQTB, conseguindo obter poupanças, enquanto melhorámos níveis de serviço.

Suporte diário

Diariamente garantimos o bom funcionamento dos sistemas e demos resposta a incidências ou dúvidas operacionais e/ou técnicas que nos foram apresentadas pelos colaboradores, bem como a diversos pedidos de desenvolvimento com vista à melhoria das soluções existentes.

Por tipo de incidência, os números do ano foram:

- Suporte – 1.096
- Melhorias com desenvolvimentos inferiores a 40 horas - 139



- Divulgações – 416

3.11. Unidade de Business Intelligence e Transformação

A Unidade de Business Intelligence e Transformação dedica-se prioritariamente a atividades de suporte interno relacionadas com fluxos de dados e produção de informação de gestão.

De entre as principais atividades realizadas destacam-se as seguintes:

- Desenvolvimento de *dashboards* de suporte à decisão executiva, nos diversos domínios da gestão do sindicato e do subsistema SAMS Quadros
- Produção de informação de gestão ad-hoc de suporte transversal aos diversos departamentos e áreas do sindicato
- Criação e manutenção dos fluxos de extração e carregamento de dados
- Desenvolvimento de regras e lógicas de processamento de dados que assegurem a fiabilidade e integridade da informação produzida
- Desenvolvimento de ferramentas à medida para auxiliar os departamentos nas diversas atividades de controlo

3.12. Departamento da Negociação Coletiva

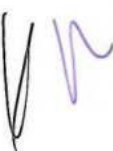
O SNQTB tem constituída desde maio de 2018 uma equipa permanente dedicada à negociação coletiva dos diversos Instrumentos de Regulação de Contratação Coletiva de que é outorgante.

Esses acordos podem ser divididos conforme mapa abaixo:

AC's em vigor (5): GNIC, BCP, CEMG, Fenacam e Parvalorem/Imofundos.
AE's em vigor (8): Eurobic, BNP Paribas, CGD, Banco de Portugal, 321 Crédito, Oitante, RightSquare e Rothschild.
Acordos de Adesão (4): Banco Sabadell, Montepio Investimento, CaixaBank e Bsource.

No caso dos Acordos Coletivos (AC's), o GNIC abrange dezassete Instituições Financeiras, nomeadamente:

- BNP Paribas Sucursal em Portugal;
- BNP Paribas Lease Group Sucursal em Portugal;
- Banco Santander Totta, SA;
- Banco BPI, SA;
- BPI Gestão de Ativos Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA;
- Caixabank, S.A. (Sucursal em Portugal);
- Novo Banco, SA;
- GNB Fundos Mobiliários Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA;





- GNB Real Estate Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA;
- Novo Banco dos Açores, SA;
- Haitong Bank, SA;
- Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), SA;
- Ibvsource Prestação de Serviços Informáticos, ACE;
- Banco do Brasil AG Sucursal em Portugal;
- Banco CREDIBOM, SA;
- Bankinter, SA Sucursal em Portugal;
- Abanca Corporación Bancaria, SA Sucursal em Portugal.

Durante o ano de 2022, foram publicados no Boletim de Trabalho e Emprego os seguintes acordos:

- [Acordo de empresa entre a 321 Crédito - Instituição Financeira de Crédito, SA e a Federação dos Sindicatos Independentes da Banca - FSIB - Alteração salarial e outras e texto consolidado.](#)
(BTE Nº 44 de 29/11/2022 - Data de Distribuição: 29/11/2022)
- [Acordo de empresa entre a Caixa Geral de Depósitos, SA e a Federação dos Sindicatos Independentes da Banca - FSIB - Alteração salarial e outras.](#)
(BTE Nº 39 de 22/10/2022 - Data de Distribuição: 24/10/2022)
- [Acordo coletivo entre várias instituições de crédito e a Federação dos Sindicatos Independentes da Banca - FSIB - Alteração salarial e outras.](#)
(BTE Nº 27 de 22/07/2022 - Data de Distribuição: 22/07/2022)
- [Acordo coletivo entre a Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, SA e outras e a Federação dos Sindicatos Independentes da Banca - FSIB - Alteração salarial e outras.](#)
(BTE Nº 1 de 08/01/2022 - Data de Distribuição: 10/01/2022)

Durante o ano de 2022, o SNQTB apresentou propostas de revisão de todos os IRCT's no que respeita às tabelas salariais, de reformas e pensões e de cláusulas de expressão pecuniária.

Proseguiram as negociações de revisão de todo o clausulado relativamente aos Grupo BCP, Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, BNP Paribas e Right Square, SGPS.

O SNQTB, no âmbito do processo de revisão das tabelas salariais, de reformas e pensões e de cláusulas de expressão pecuniária do GNIC, relativamente a 2021, não concordando com a proposta final apresentada em novembro no valor de 0,4%, decidiu prosseguir com a negociação para a Direção Geral de Emprego e Relações do Trabalho (DGERT), tendo em processo de mediação o GNIC avançado para uma proposta de 0,5%, aceite pelo SNQTB.

O ano de 2022 foi marcado pelo início da guerra na Ucrânia, após invasão da Rússia e pela contínua e rápida subida da inflação, atingindo valores que não eram vistos na Europa e Portugal há mais de 40 anos. Pela primeira vez nos últimos 13 anos, o GNIC tentou uma negociação rápida e fechar acordo no início do ano. O SNQTB não aceitou a proposta de 1,1%, porque a mesma se traduzia num efetivo corte de poder de compra dos trabalhadores bancários, o maior dos últimos 20 anos. O processo negocial ainda decorre na DGERT, em fase de Mediação.



3.13. REPER – Comissão de Acompanhamento de Fundos de Pensões

Na sequência da aprovação, em sessão plenária da Assembleia da República, do regime jurídico da constituição e do funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões, foi constituída no final de 2020 a Representação Permanente (REPER) do SNQTB para as Comissões de Acompanhamento dos Fundos de Pensões Bancários.

Com efeito, a Lei nº 27/2020, de 23 de julho, que entrou em vigor a 1 de agosto, reforçou, entre outros, os deveres informativos prestados aos participantes e beneficiários, por parte das sociedades gestoras desses mesmos fundos de pensões. Corrigiu-se um erro histórico, contra o qual o SNQTB muito batalhou nos últimos anos, repondo a obrigatoriedade de participação de um representante de cada um dos dois sindicatos mais representativos do setor de atividade, para além de um representante da comissão de trabalhadores, nas Comissões de Acompanhamento dos Fundos de Pensões (CAFP). A anterior versão da lei tinha feito tábua rasa do papel dos sindicatos outorgantes das convenções coletivas que, amiúde, tinham estabelecido os fundos de pensões como mecanismos constitutivos, substitutivos ou complementares do sistema público, das reformas dos trabalhadores.

É entendimento do SNQTB que a intervenção dos sindicatos, com este novo enquadramento legal, é importante e contribui para uma melhor gestão dos fundos de pensões e consequente capacidade de pagamento das reformas dos bancários.

Com efeito, os representantes dos trabalhadores são fundamentais para assegurar o efetivo acompanhamento, com o intuito de monitorizar a política de investimentos e a adequação dos mesmos e do seu perfil de risco, com o objetivo de pagar reformas, prevenir conflitos de interesse e de prestar informação aos participantes e beneficiários.

Outro aspeto relevante da participação do SNQTB nas Comissões de Acompanhamento é, precisamente, a capacidade que nos proporciona de melhorar significativamente a comunicação e esclarecimento aos participantes e beneficiários sobre a situação de cada um dos fundos de pensões.

São acompanhados 13 Fundos de Pensões de benefício definido (mais um de contribuição definida, do Banco de Portugal) com diferentes dimensões e graus de complexidade, tendo sido excluídos da lista inicial os Fundos de Pensões que por terem menos de 100 participantes não obrigam à existência de Comissões de Acompanhamento.

No decurso de 2022 foram publicados 12 Comunicados no site do SNQTB relativos a reuniões das CAFP, a maioria para apreciar os relatórios e contas de 2021.

De salientar a continuação do acompanhamento de um tema de grande relevância para os sócios, participantes e beneficiários dos Fundos de Pensões: pedidos de esclarecimentos relativamente às práticas de alguns Bancos na aplicação da dedução da pensão da segurança social quanto ao tempo sobreposto segurança social e regime de proteção social do ACT, por estas estarem em contradição com recentes decisões tomadas em Tribunais.

3.14. Departamento de Representação Institucional Interna e Externa

Este Departamento tem como missão representar o SNQTB nas diversas organizações onde é membro de pleno direito, junto do Ministério do Trabalho e Segurança Social, junto dos Grupos Parlamentares e das diversas Instituições Financeiras onde tem associados. O facto de o SNQTB ter alocado mais recursos



humanos foi decisivo para atingir mais resultados e participar num conjunto mais alargado de iniciativas internas e externas.

3.14.1 Representação institucional interna

O SNQTB, no âmbito da sua participação ativa na União de Sindicatos Independentes (USI), confederação sindical a que pertence, promoveu um conjunto de visitas a todos os Grupos Parlamentares, no intuito de apresentar as suas propostas de alteração legislativa e conjunto de reivindicações para 2022.

O ano de 2022, foi marcado pela escalada muito significativa da inflação em Portugal, o que constituiu um efetivo corte salarial e perda de poder de compra para os portugueses e, em particular, para os bancários no ativo e reformados. A subida, a partir de julho, das taxas de juro por parte do BCE, agravou o cenário já difícil das famílias portuguesas. O Governo português, através do Decreto-Lei nº 57-C/2022 de 6 setembro, estabeleceu um conjunto de medidas excecionais de apoio às famílias para mitigação dos efeitos da inflação. Desde a primeira hora o SNQTB detetou e alertou para a exclusão de uma parte muito significativa de reformados bancários desta medida, situação que se nos afigurava injusta e inconstitucional. Durante todo o mês de setembro efetuou um conjunto de iniciativas, de que destacamos, no campo institucional, a solicitação de audiências ao Presidente da República, Primeiro-ministro, Provedoria de Justiça e Grupos Parlamentares, incluindo um pedido de audiência à Comissão de Orçamento e Finanças. Promoveu ainda o lançamento de uma petição, que recolheu 8857 assinaturas e que deu entrada na Assembleia da República em 14/11/2022, e que após ter baixado à Comissão de Trabalho Segurança Social e Inclusão em 26/11/2022, foi concluído que a mesma vai ser debatida em Plenário da Assembleia da República em data a confirmar oportunamente. Salientamos ainda, que no âmbito da discussão e aprovação do Orçamento de Estado para 2023, o tema foi abordado na audição à Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e dois grupos parlamentares promoveram iniciativas legislativas para alteração do orçamento de estado no sentido de considerar os reformados bancários como efetivos beneficiários do referido complemento excecional.

CES Madeira

Enquanto membros da Comissão Permanente do Conselho Económico e da Concertação Social da Região Autónoma da Madeira, participámos em junho de 2022 na 1ª Cimeira dos Conselhos Económicos Sociais da Madeira e Açores, importante reunião para aproximar duas regiões ultraperiféricas e com um quadro laboral, social e económico que carece de análise detalhada. No final de novembro participamos em reunião de apresentação aos parceiros sociais do Orçamento para 2023 e do PIDDAR, efetuada pelo Secretário Regional das Finanças, Dr. Rogério Gouveia.

Concluimos os trabalhos para Acompanhamento do Emprego e Acompanhamento das Necessidades de Apoio social.

3.14.2 Representação institucional externa

O SNQTB é associado da CEC, da FECEC e conjuntamente com a ACCAM, constituiu em outubro de 2021 a FISBANCA, a primeira Federação de Sindicatos Bancários Independentes da Península Ibérica. Também é observador na CESI.



- **CEC EUROPEAN MANAGERS**

É desde 2009, um dos seis parceiros sociais reconhecidos na Europa. Reúne mais de um milhão de quadros europeus. Somos associados desde 2003.

Temos participado nas diversas iniciativas promovidas pela CEC, das quais destacamos, a conclusão dos grupos de trabalho sobre a Digitalização e Inteligência Artificial, a Igualdade de Género e Diversidade e a Liderança Sustentável, lançados na Assembleia Geral de 17 de novembro de 2021.

Temos acompanhado a discussão da nova diretiva do Teletrabalho, que vai revogar a que existe desde 2002.

O que tem sido comum nos nossos propósitos é aproximar o SNQTB dos temas que estão em discussão na Europa no âmbito da Agenda 2030 da Comissão Europeia, promovendo e introduzindo as preocupações que os nossos associados nos têm transmitindo.

Temos também enviado os nossos contributos quando a Comissão Europeia apresenta aos parceiros sociais documentos em temáticas relativas a questões laborais.

- **FECEC FEDERAÇÃO EUROPEIA DE QUADROS BANCÁRIOS**

Fundada em 1989. É exclusivamente constituída por Quadros Bancários e é a principal organização europeia do setor bancário.

Temos participado, conjuntamente com as restantes Federações e Sindicatos do setor, em vários grupos de trabalho que abordam os temas da Formação e Requalificação dos trabalhadores bancários, o impacto da digitalização no setor e no emprego bancário e os impactos da Pandemia Covid-19 no setor bancário.

No âmbito do Grupo *Finance Watch* participamos nos projetos *Finance Green* e *Sustainable Leadership*, áreas em que os bancos portugueses têm cada vez mais preocupações e iniciativas.

Na Assembleia Geral de 13 de dezembro de 2022 foi decidido que o SNQTB vai liderar a candidatura da FECEC a projetos que a União Europeia irá lançar em 2023 no âmbito do reforço do Diálogo Social, Igualdade de Género e Sustentabilidade.

O SNQTB detém uma vice-presidência e um secretário-geral adjunto.

- **FISBANCA**

Foi constituída em 2021. São membros efetivos o SNQTB e a ACCAM.

Pretende promover iniciativas conjuntas que visam a defesa do emprego bancário e os direitos dos seus trabalhadores, em Portugal e Espanha.

3.15. Departamento de Marketing e Comunicação

O Departamento de Marketing e Comunicação (DMK) prosseguiu, em 2022, no âmbito das suas competências, a sua missão de apoio à estratégia do SNQTB, bem como a todas as marcas relevantes do Grupo SNQTB, ou em que o SNQTB tem uma presença institucional relevante (SAMS Quadros, Óticas SAMS Quadros, MIS, FSB e USI).





Como vem sendo prática, esse apoio traduziu-se:

- na gestão dos quatro websites do Grupo SNQTB, ou em que o SNQTB tem uma presença institucional relevante (SNQTB, USI, FSB e Óticas SAMS Quadros), função prosseguida em estreita articulação com os *stakeholders* relevantes;
- na gestão da presença do SNQTB nas diversas plataformas nas redes sociais onde se encontram os sócios e beneficiários, bem como os bancários em geral (Facebook, Instagram, LinkedIn);
- na definição da imagem e prestação de apoio ao DEO no processo de renovação dos cartões SAMS Quadros;
- no desenvolvimento de campanhas na comunicação social e nas redes sociais alinhadas com as mensagens e os objetivos que o SNQTB pretende assegurar em sede de negociação coletiva. A este propósito destaque para as campanhas "Em defesa de salários justos e conta uma injustificada e imoral perda de poder de compra", "Nem para um café" e "REIVINDICAÇÕES" (em defesa dos bancários reformados);
- na gestão da relação com a comunicação social (imprensa, rádio e televisão), procurando maximizar nessas plataformas os pontos de vista do SNQTB e dos bancários em geral;
- na definição de campanhas comerciais, nomeadamente da MIS e das Óticas SAMS Quadros, dando visibilidade aos seus produtos, sempre em concertação com as suas prioridades;
- no suporte às iniciativas da FSB, designadamente a campanha "Bancários Portugueses Solidários com o povo Ucrâniano", apartamentos, prémios literários, cursos de verão, campanha de consagração, apoio escolar e outras;
- na publicitação dos protocolos assinados no âmbito da Rede de Bem-Estar e Família (REBEF);
- do desenvolvimento do conceito e imagem associada à Saúde Digital SNQTB;
- na elaboração de logomarcas associadas às iniciativas que o SNQTB tem vindo a desenvolver, criando por esta via uma imagem gráfica que reforça a identidade das diversas atividades e, por extensão, reforça o sentimento de pertença ao Grupo SNQTB;
- na edição da newsletter em que todas as notícias do SNQTB e suas participadas são divulgadas junto dos sócios e beneficiários com periodicidade mensal;
- no suporte comunicacional a todas as atividades realizadas no âmbito do ANIMA, programa de cultura, recreio, desporto e lazer do SNQTB;
- na promoção da campanha anual de toma gratuita da vacina;
- na promoção da visibilidade de áreas departamentais, ou de serviços específicos, junto dos sócios e beneficiários;
- no apoio à estratégia de promoção do Cartão Família;
- em articulação com o DEO, na organização de um grande inquérito de avaliação da satisfação dos sócios; e,
- na preparação e disponibilização regular de comunicados relativos à atividade sindical do SNQTB, do SAMS Quadros e no âmbito da monitorização dos fundos de pensões da Banca.

Sendo esta a área que suporta a visibilidade de toda a atividade do SNQTB junto dos seus sócios e beneficiários, bem como *stakeholders* em geral, tem igualmente, um papel crítico na implementação da estratégia definida desde o primeiro dia do mandato.



4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o disposto no Art.º 55 dos Estatutos, a Direção propõe a este Conselho Geral a seguinte distribuição:

Reserva legal	503 499,07
Reserva especial de greve	503 499,07
Resultados transitados	4 027 992,55
	<hr/>
	5 034 990,69



Handwritten mark or signature in the bottom right corner of the page.



Handwritten signature or initials in purple ink.



NOTAS ÀS CONTAS



Handwritten initials or signature in purple ink, possibly 'YH'.





BALANÇO

RUBRICAS	NOTAS	2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	4 788 716,62	5 005 419,94
Propriedades de investimento	6	23 648 722,00	23 648 722,00
Ativos intangíveis	7	673 868,65	765 078,43
Investimentos financeiros (método de equivalência patrimonial)	8	722 169,70	635 431,02
Outros investimentos financeiros	9	340 348,43	434 853,23
Outros créditos a receber	13		225 000,00
		30 173 825,40	30 714 504,62
Ativo corrente			
Clientes	10	1 449 644,93	2 058 434,33
Sócios - SAMS		1 385 303,97	1 585 114,47
Sócios - FCS		16 494,58	23 274,80
Sócios - Sindicato		22 583,05	27 610,42
Outros		25 263,33	422 434,64
Adiantamentos a fornecedores		33 261,78	24 751,47
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12	3 282 599,43	3 114 713,87
Outros créditos a receber	13	7 859 660,81	5 402 182,65
Diferimentos	14	218 404,59	193 959,63
Ativos financeiros detidos para negociação	15	7 995,30	7 106,25
Caixa e depósitos bancários	16	25 429 865,38	16 829 006,61
		38 281 432,22	27 630 154,81
		Total do ativo	68 455 257,62
			58 344 659,43
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Reservas	17	32 209 144,98	30 897 246,92
Resultados transitados		6 312 166,53	1 064 574,30
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		-338 002,04	-338 002,04
Resultado líquido do período		5 034 990,69	6 559 490,29
		Total dos fundos patrimoniais	43 218 300,16
			38 183 309,47
Passivo corrente			
Fornecedores	18	7 897 536,25	5 069 177,06
Adiantamentos de clientes		2 791,11	2 856,96
Estado e outros entes públicos	11	166 190,42	271 931,58
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12	112 020,96	168 797,09
Diferimentos	14	8 392 854,77	7 691 346,74
Outras dívidas a pagar	19	8 665 563,95	6 957 240,53
		25 236 957,46	20 161 349,96
		Total do passivo	25 236 957,46
			20 161 349,96
		Total dos fundos patrimoniais e do passivo	68 455 257,62
			58 344 659,43

(As Notas às contas são parte integrante das demonstrações financeiras)



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

RUBRICAS	NOTAS	2022	2021
Contribuições e Quotizações	20	56 167 718,16	54 770 101,06
Contribuições		46 979 634,67	45 676 368,09
SAMS - Entidade Patronal		37 251 976,24	36 118 662,24
SAMS - Sócio		9 727 658,43	9 557 705,85
Quotizações		6 054 597,36	6 001 292,62
Fundo Complementar de Saúde		3 040 326,13	2 992 570,35
Fundo de Apoio Social		35 160,00	2 720,00
Beneficiários +25 anos		58 000,00	97 150,00
Atividade Sindical	21	-44 693 609,29	-42 265 637,16
Assistência na doença (SAMS)		-40 533 482,90	-38 709 313,98
Comparticipação - Faturação		-21 669 115,91	-20 030 667,90
Comparticipação - Direta		-13 471 014,63	-13 587 991,63
Farmácias		-5 188 865,20	-4 861 664,73
Subsídios		-204 487,16	-228 989,72
Fundo Complementar de Saúde		-3 919 066,39	-3 547 686,97
Direto/Complementar		-3 598 922,39	-3 187 843,97
Subsídios		-320 144,00	-359 843,00
Atividade Sindical - outros		-241 060,00	-8 636,21
Fornecimentos e serviços externos	22	-2 531 801,35	-2 348 555,33
Gastos com o pessoal	23	-4 289 318,83	-4 091 795,87
Orgãos sociais		-645 825,45	-645 825,52
Pessoal		-3 643 493,38	-3 445 970,35
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	24	-15 826,24	11 865,42
Outras imparidades (perdas/reversões)		-8 796,48	-12 461,68
Aumentos/reduções de justo valor	25	889,05	619,32
Rendim./gastos em subsid., associadas e empr. conjuntos		86 738,68	93 695,14
Outros rendimentos	26	1 325 965,59	1 370 395,22
Outros gastos	27	-261 852,60	-148 743,78
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5 780 106,69	7 379 482,34
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-500 210,60	-575 241,80
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5 279 896,09	6 804 240,54
Juros e rendimentos similares obtidos	28	1 041,67	
Resultado antes de impostos		5 280 937,76	6 804 240,54
Imposto sobre o rendimento do período	11	-245 947,07	-244 750,25
Resultado líquido do período		5 034 990,69	6 559 490,29

(As Notas às contas são parte integrante das demonstrações financeiras)



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS

RUBRICAS	Reserva legal	Reserva Especial de Greve	Outras Reservas	Outras variações em fundos	Resultados Transitados	Resultado líquido período	Total
Posição em 01-01-2021	2 842 609,94	9 985 774,67	13 490 155,03	-338 002,04	1 062 538,09	4 580 743,49	31 623 819,18
Alterações no período							
Aplicação do resultado líquido	458 074,35	458 074,35	3 664 594,79			-4 580 743,49	
Outras alterações		-2 036,21			2 036,21		
	458 074,35	456 038,14	3 664 594,79		2 036,21	-4 580 743,49	
Resultado líquido do período						6 559 490,29	6 559 490,29
Resultado extensivo						1 978 746,80	6 559 490,29
Operações com Instituidores no fim do período							
Outras operações							
Posição em 31-12-2021	3 300 684,29	10 441 812,81	17 154 749,82	-338 002,04	1 064 574,30	6 559 490,29	38 183 309,47
Alterações no período							
Aplicação do resultado líquido	655 949,03	655 949,03			5 247 592,23	-6 559 490,29	
Outras alterações					5 247 592,23	-6 559 490,29	
Resultado líquido do período						5 034 990,69	5 034 990,69
Resultado extensivo						-1 524 499,60	5 034 990,69
Operações com Instituidores no fim do período							
Outras operações							
Posição em 31-12-2022	3 956 633,32	11 097 761,84	17 154 749,82	-338 002,04	6 312 166,53	5 034 990,69	43 218 300,16

(As Notas às contas são parte integrante das demonstrações financeiras)



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de contribuições/quotizações	54 890 194,19	54 701 185,80
Recebimentos de clientes/sócios e utentes	8 487 728,55	7 203 887,22
Pagamentos de subsídios	-15 613 164,28	-15 459 778,48
Pagamentos a fornecedores	-34 978 846,02	-34 328 429,95
Pagamentos ao pessoal	-2 454 364,97	-2 358 459,76
Caixa gerada pelas operações	10 331 547,47	9 758 404,83
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-66 212,66	-31 365,93
Outros recebimentos/pagamentos	-1 785 816,20	-1 035 884,87
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	8 479 518,61	8 691 154,03
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-41 355,38	-12 086,98
Ativos intangíveis	-150 512,64	-170 785,50
Investimentos financeiros		
Outros ativos		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	312 897,00	225 000,00
Outros ativos		
Juros e rendimentos similares		
Dividendos	311,18	211,11
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	121 340,16	42 338,63
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	0,00	0,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	8 600 858,77	8 733 492,66
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	16 829 006,61	8 095 513,95
Caixa e seus equivalentes no fim do período	25 429 865,38	16 829 006,61

(As Notas às contas são parte integrante das demonstrações financeiras)



1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (“Sindicato” ou “SNQTB”), com número de identificação fiscal 501.403.736, tem a sua sede na Rua Pinheiro Chagas, nº 6, 1050-177 LISBOA.

O Sindicato foi constituído por escritura pública, publicada no Diário da República de 9 de junho de 1983, tendo iniciado a sua atividade em 1984. Tem como objeto social a representação dos quadros e técnicos bancários, ligados por contrato de trabalho às instituições de crédito ou similares, que exerçam funções específicas da atividade bancária.

O programa SAMS/QUADROS foi aprovado em sede de negociação da revisão da contratação coletiva em julho de 1992, tendo sido publicada a referida revisão no Boletim de Trabalho e Emprego em 22 de agosto de 1992. O início de atividade ocorreu em 1 de janeiro de 1993, de acordo com a contratação e por força do Regulamento do SAMS/QUADROS, entretanto aprovado, sendo que a gestão do SAMS/QUADROS é exercida, por delegação da Direção do Sindicato, por um Conselho Diretivo. Este programa tem como objeto a proteção e assistência dos seus sócios na doença, na maternidade e noutras situações afins de caráter social.

As quantias estão expressas em Euros, exceto quando expressamente indicado de outra forma.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (“SNC-ESNL”), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, o qual é parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

Os normativos acima indicados mereceram as consequentes adaptações, em função das necessidades de relato financeiro, específicas, decorrentes das atividades desenvolvidas pelo SNQTB.

Não houve derrogações excecionais de disposições do SNC-ESNL, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados do Sindicato.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período comparativo findo em 31 de dezembro de 2021.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos do SNQTB de acordo com o SNC-ESNL.

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, o Sindicato adotou:



- As Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho;
- A Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, que aprovou o Código de Contas;
- A Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, que aprovou os modelos das demonstrações financeiras a apresentar pelas Entidades do Setor Não Lucrativo (“ESNL”);
- O Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (“NCRF-ESNL”).

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto na NCRF-ESNL, as políticas contabilísticas adotadas pelo Sindicato foram as que se seguem:

A) ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade. São depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo possa estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal pelo método das quotas constantes, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, sendo a vida económica esperada a seguinte:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.





B) PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento estão mensuradas ao justo valor, de acordo com as determinações da "NCRF 11 – Propriedades de Investimento", determinado na base de uma valorização anual efetuada por um avaliador independente, refletindo as condições de mercado à data do balanço.

C) ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas. São amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo possa estar em imparidade.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal pelo método das quotas constantes, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização e para a finalidade pretendida, sendo a vida económica esperada a seguinte:

Ativo intangível	Vida útil estimada
Programas de computador	3 anos

D) PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

As participações financeiras em associadas estão registadas pelo método da equivalência patrimonial, definindo-se como tal as entidades nas quais o Sindicato exerce uma influência significativa e que não são nem subsidiárias nem empreendimentos conjuntos. Para determinação do controlo ou influência significativa são levados em conta os interesses existentes à data tendo em conta potenciais direitos de voto.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada dos investimentos:

- Foi aumentada ou diminuída para reconhecer a parte nos resultados das participadas depois da data da aquisição;
- Foi diminuída pelas distribuições de resultados recebidas;
- Foi aumentada ou diminuída para refletir, por contrapartida de capital próprio, alterações no interesse proporcional do Sindicato nas participadas resultantes de alterações nos capitais próprios destas que não tenham sido reconhecidas nos respetivos resultados.

Na mensuração destes investimentos foram ainda respeitadas as seguintes disposições relativas à aplicação deste método:

- As demonstrações financeiras das participadas já estavam preparadas, ou foram ajustadas extra contabilisticamente, de forma a refletir as mesmas políticas contabilísticas do Sindicato antes de poderem ser usadas na determinação dos efeitos da equivalência patrimonial;
- As demonstrações financeiras das participadas usadas na determinação dos efeitos da equivalência patrimonial reportam-se à mesma data das do Sindicato;
- Os resultados provenientes de transações "ascendentes" e "descendentes" entre o Sindicato e as suas associadas são reconhecidos nas demonstrações financeiras do investidor somente na medida em que correspondam aos interesses de outros investidores nessas associadas;





- Quando o valor do investimento fica reduzido a zero, as perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de um passivo sempre que o Sindicato incorre em obrigações legais ou construtivas. Quando posteriormente as associadas registam lucros, o Sindicato retoma o seu reconhecimento apenas após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

O Sindicato utiliza o modelo do justo valor para valorizar as participações financeiras em entidades cujos títulos são negociados publicamente e que não sejam subsidiárias, associadas nem empreendimentos conjuntos. As variações ocorridas no justo valor destas participações são reconhecidas em resultados.

O Sindicato utiliza o modelo do custo (que inclui custos de transação), líquido de perdas por imparidade, para participações financeiras em:

- Associadas nas quais não foi possível utilizar o método da equivalência patrimonial por existirem restrições severas e duradouras que prejudicam significativamente a capacidade de transferência de fundos para o Sindicato;
- Outras entidades nas quais não é obrigada a utilizar o método da equivalência patrimonial nem tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente instrumentos de capital próprio em empresas não cotadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

E) IMPARIDADES DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS, INTANGÍVEIS E INVESTIMENTOS FINANCEIROS

O Sindicato avalia a imparidade destes ativos no final do ano sempre que existam indícios de que os mesmos possam estar em imparidade.

Sempre que existiu uma evidência objetiva de imparidade, o Sindicato reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados. Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações, tendo em conta o tipo de ativos que o sindicato possui:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Significativa dificuldade financeira do emitente;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor.

Os movimentos relativos a estas imparidades são registados na Demonstração dos Resultados por Naturezas na rubrica de "Outras imparidades (perdas/reversões)".





F) IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, o mesmo é apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos comerciais, prediais e de capitais sujeitos.

O Sindicato não exerce a título principal uma atividade comercial, industrial ou agrícola, pelo que as receitas provenientes da atividade sindical não estão sujeitas a tributação em IRC.

G) ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica inclui outros instrumentos financeiros detidos para negociação e são mensurados ao justo valor. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração do justo valor são reconhecidos nos resultados do período.

Um ativo financeiro está classificado como detido para negociação se for:

- Adquirido ou incorrido principalmente com a finalidade de venda ou de recompra num prazo muito curto;
- Parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados, que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um modelo real recente de tomada de lucros a curto prazo;
- Um derivado (exceto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura designado e eficaz).

H) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS (NÃO MENCIONADOS ANTERIORMENTE)

Os outros ativos financeiros não incluídos nas alíneas anteriores podem classificar-se como segue:

- Empréstimos e créditos a receber;
- Investimentos detidos até à maturidade;
- Ativos financeiros disponíveis para venda.

No Sindicato estão registados apenas ativos classificados como “Empréstimos e contas a receber”.

Incluem-se nesta classificação os seguintes saldos:

- Clientes;
- Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros; e
- Outros créditos a receber.

Estes saldos estão mensurados, aquando do reconhecimento, de acordo com os critérios de mensuração de “Contribuições e quotizações” descritos na alínea L). Subsequentemente são mensuradas ao custo, líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

Incluem-se igualmente nesta classificação de ativos financeiros os Adiantamentos a fornecedores os quais são inicialmente mensurados ao justo valor e subsequentemente ao custo, deduzido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano, o Sindicato avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, o Sindicato reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.



A evidência objetiva de que um ativo financeiro pode estar em imparidade tem em conta dados observáveis que chamem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira.

Os movimentos relativos a estas imparidades são registados na Demonstração dos Resultados por Naturezas na rubrica de "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)".

No final do exercício estes saldos representam o respetivo valor realizável líquido.

I) CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica "caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

J) FUNDOS PATRIMONIAIS

Em "Reservas" temos os seguintes itens:

- Reserva legal
- Reserva especial de greve
- Reserva Fundo Complementar de Saúde
- Reserva para garantia de benefícios
- Reserva Fundação Social Bancária
- Reserva COVID-19

Em "Resultados transitados" estão acumulados os resultados registados em períodos anteriores.

Em "Ajustamentos em ativos financeiros" estão reconhecidos os ajustamentos de MEP referente às entidades onde o Sindicato detém uma participação financeira.

K) PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a sua substância contratual, independentemente da forma legal que assumam, e podem classificar-se como segue:

- Passivos financeiros valorizados pelo justo valor através de resultados;
- Empréstimos bancários;
- Dívidas a pagar.

No Sindicato estão registados apenas passivos classificados como "Empréstimos bancários" e "Dívidas a pagar".



Handwritten mark or signature in the bottom right corner of the page.



Os Empréstimos bancários são valorizados pelo seu custo. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e reconhecidos na Demonstração dos Resultados por Naturezas na rubrica de "Juros e gastos similares suportados", de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

Em dívidas a pagar incluem-se os seguintes saldos:

- Fornecedores;
- Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros; e
- Outras dívidas a pagar.

Estes saldos são inicialmente reconhecidos pelo seu valor nominal, que se entende corresponder ao seu justo valor e, subsequentemente, são registados ao custo.

L) CONTRIBUIÇÕES E QUOTIZAÇÕES

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços e outros réditos são reconhecidos pelo justo valor do montante a receber desde que todas as condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados;
- É provável que os benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o regime do acréscimo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

M) ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados significativos.

N) JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADA A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As estimativas mais relevantes a 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão associadas a:

- Determinação do justo valor;





- Determinação de perdas por imparidade de ativos financeiros e não financeiros.

4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foram os seguintes:

	Saldo 01-01-2022	Aquisições / Dotações	Regularizações	Abates	Imparidades	Saldo 31-12-2022
Ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	1 244 429,61					1 244 429,61
Edifícios e outras construções	5 196 310,33					5 196 310,33
Obras e benfeitorias em edifícios	492 156,51					492 156,51
Equipamento básico	1 764 200,82					1 764 200,82
Equipamento administrativo	1 975 285,84	41 355,38	1 717,42	-16 073,60		2 002 285,04
Outros ativos fixos tangíveis	153 823,23					153 823,23
	10 826 206,34	41 355,38	1 717,42	-16 073,60		10 853 205,54
Depreciações e perdas por imparidade						
Terrenos e recursos naturais	54 070,19					54 070,19
Edifícios e outras construções	1 917 879,55	101 068,75				2 018 948,30
Obras e benfeitorias em edifícios	181 130,96	53 510,70				234 641,66
Equipamento básico	1 681 667,68	45 476,41				1 727 144,09
Equipamento administrativo	1 864 577,95	56 370,99	1 287,94	-16 073,60		1 906 163,28
Outros ativos fixos tangíveis	121 460,07	2 061,33				123 521,40
	5 820 786,40	258 488,18	1 287,94	-16 073,60		6 064 488,92
Valor Líquido	5 005 419,94					4 788 716,62



	Saldo 01-01-2021	Aquisições / Dotações	Regularizações	Abates	Imparidades	Saldo 31-12-2021
Ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	1 244 429,61					1 244 429,61
Edifícios e outras construções	5 196 310,33					5 196 310,33
Obras e benfeitorias em edifícios	492 156,51					492 156,51
Equipamento básico	1 764 200,82					1 764 200,82
Equipamento administrativo	2 035 044,45	12 086,98		-71 845,59		1 975 285,84
Outros ativos fixos tangíveis	153 823,23					153 823,23
	10 885 964,95	12 086,98		-71 845,59		10 826 206,34
Depreciações e perdas por imparidade						
Terrenos e recursos naturais	54 070,19					54 070,19
Edifícios e outras construções	1 816 810,80	101 068,75				1 917 879,55
Obras e benfeitorias em edifícios	122 667,40	58 463,56				181 130,96
Equipamento básico	1 596 842,38	84 825,30				1 681 667,68
Equipamento administrativo	1 845 978,55	89 113,95		-70 514,55		1 864 577,95
Outros ativos fixos tangíveis	119 398,74	2 061,33				121 460,07
	5 555 768,06	335 532,89		-70 514,55		5 820 786,40
Valor Líquido	5 330 196,89					5 005 419,94

6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Os movimentos ocorridos nas propriedades de investimento durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foram os seguintes:

	Saldo 01-01-2022	Aquisições / Dotações	Transferências	Justo Valor (Nota 25)	Saldo 31-12-2022
Propriedades de investimento					
Libervita Alcabideche	13 287 600,00				13 287 600,00
Libervita Porto Santo	7 307 400,00				7 307 400,00
Libervita Porto - Campanhã	2 405 200,00				2 405 200,00
Loja R. Pedro Nunes, 23-C (letra A)	260 191,00				260 191,00
Loja R. Latino Coelho, 31 (letra B)	388 331,00				388 331,00
	23 648 722,00				23 648 722,00





	Saldo 01-01-2021	Aquisições / Dotações	Transferências	Justo Valor (Nota 25)	Saldo 31-12-2021
Propriedades de investimento					
Libervita Alcabideche	13 287 600,00				13 287 600,00
Libervita Porto Santo	7 307 400,00				7 307 400,00
Libervita Porto - Campanhã	2 405 200,00				2 405 200,00
Loja R. Pedro Nunes, 23-C (letra A)	260 191,00				260 191,00
Loja R. Latino Coelho, 31 (letra B)	388 331,00				388 331,00
	23 648 722,00				23 648 722,00

Em 2022, as propriedades de investimento foram avaliadas, tendo resultado numa valorização de cerca de 12%. No entanto, dada a instabilidade verificada, atualmente, nos mercados, entendeu a Direção, por prudência, manter os valores registados no Balanço.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis durante os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foram os seguintes:

	Saldo 01-01-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo 31-12-2022
Ativos intangíveis					
Programas de computador	4 507 165,98	150 512,64			4 657 678,62
Propriedade industrial	396 865,46				396 865,46
	4 904 031,44	150 512,64			5 054 544,08
Amortizações e perdas por imparidade					
Programas de computador	4 093 799,84	233 785,11			4 327 584,95
Propriedade industrial	45 153,17	7 937,31			53 090,48
	4 138 953,01	241 722,42			4 380 675,43
Valor Líquido	765 078,43				673 868,65



	Saldo 01-01-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo 31-12-2021
Ativos intangíveis					
Programas de computador	4 336 380,48	170 785,50			4 507 165,98
Propriedade industrial	396 865,46				396 865,46
	4 733 245,94	170 785,50			4 904 031,44
Amortizações e perdas por imparidade					
Programas de computador	3 862 028,24	231 771,60			4 093 799,84
Propriedade industrial	37 215,86	7 937,31			45 153,17
	3 899 244,10	239 708,91			4 138 953,01
Valor Líquido	834 001,84				765 078,43

8. INVESTIMENTOS FINANCEIROS - MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o investimento em associadas apresenta os seguintes valores:

	31-12-2022	31-12-2021
Investimentos em associadas		
Ações/Quotas:		
Mediação Independente de Seguros, Lda	78 253,41	57 732,10
Teorias Rotativas - SGPS, Lda	643 916,29	577 698,92
Total dos investimentos financeiros em associadas	722 169,70	635 431,02

Os movimentos ocorridos nos investimentos em associadas ao MEP apresentam o seguinte detalhe:

MEP	MIS	Teorias Rotativas	Total
Saldo a 01.01.2021	45 922,86	495 813,02	541 735,88
Redução de participação			
Aumento de participação			
Outras variações			
Prestações suplementares			
Apropriação do resultado do exercício	11 809,24	81 885,90	93 695,14
Saldo a 31.12.2021	57 732,10	577 698,92	635 431,02

(continua)



(continuação)

MEP	MIS	Teorias Rotativas	Total
Redução de participação			
Aumento de participação			
Outras variações	1 679,96		1 679,96
Prestações suplementares			
Apropriação do resultado do exercício	18 841,35	66 217,37	85 058,72
Saldo a 31.12.2022	78 253,41	643 916,29	722 169,70

Os movimentos acima resultam da aplicação da percentagem de participação do Sindicato aos capitais próprios e resultados do exercício das associadas.

A posição do Ativo, Passivo e Capital Próprio das associadas, a 31 de dezembro de 2022, é o seguinte:

Associadas (Balanco)	MIS	Teorias Rotativas
Ativo		
Ativo não corrente	11 983,57	428 189,03
Ativo corrente	83 826,13	222 999,46
Total do Ativo	95 809,70	651 188,49
Capital Próprio		
Capital	100 000,00	300 000,00
Reservas	20 670,75	200 821,23
Outros instrumentos de capital próprio	31 181,08	
Resultados transitados	-91 839,65	82 713,03
	60 012,18	583 534,26
Resultado líquido do período	19 031,67	66 886,23
Total do Capital Próprio	79 043,85	650 420,49
Passivo		
Passivo não corrente		
Passivo corrente	16 765,85	768,00
Total do Passivo	16 765,85	768,00

9. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Sindicato detinha os seguintes investimentos financeiros:



	31-12-2022	31-12-2021
Investimentos noutras empresas		
Dossier Novo Banco		
Ações:		
B. Internacional Funchal	43 863,41	43 863,41
Banco Espírito Santo	611 503,85	611 503,85
	655 367,26	655 367,26
Dossier BPG		
Ações:		
B. Português de Gestão	436 520,00	436 520,00
Dossier BANIF		
Ações:		
B. Internacional Funchal	12 274,96	12 274,96
Obrigações:		
Banif 2009-2019	600 000,00	600 000,00
	612 274,96	612 274,96
Outros		
Ações:		
SGF - S. Gest. Fundos Pensões	53 023,70	140 918,70
Fundos:		
InovCapital Universitas (F.Capital Risco)	265 312,98	265 312,98
	318 336,68	406 231,68
Total dos investimentos noutras empresas	2 022 498,90	2 110 393,90
Fundo de Compensação do Trabalho	11 749,19	9 562,51
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 24)		
Participações de capital		
Banco Espírito Santo	-611 503,85	-611 503,85
B. Internacional Funchal	-56 138,37	-56 138,37
B. Português de Gestão	-426 257,44	-417 460,96
Obrigações		
Banif 2009-2019	-600 000,00	-600 000,00
	-1 693 899,66	-1 685 103,18
Total dos investimentos financeiros	340 348,43	434 853,23



A diminuição do valor dos investimentos financeiros resulta, essencialmente, da diminuição da participação na SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões.

10. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, esta rubrica apresenta os seguintes valores:

	31-12-2022	31-12-2021
Sócios - Empréstimos SAMS	1 726 902,76	1 906 687,24
Sócios - Empréstimos FCS	28 523,41	35 542,89
Sócios - Empréstimos Turismo	2 157,13	4 947,56
Sócios - Empréstimos Sindicato	31 246,97	36 417,34
	1 788 830,27	1 983 595,03
Diversos	7 403,21	410 195,80
Sócios - Contencioso	16 074,22	16 143,48
Sócios - Acerto ATZ'z	16 871,02	16 300,48
Sócios - Cartão SAMS/Utente	12 285,00	7 165,00
	52 633,45	449 804,76
	1 841 463,72	2 433 399,79
Perdas por imparidades acumuladas (Nota 24)		
Sócios - Empréstimos SAMS	-341 598,79	-321 572,77
Sócios - Empréstimos FCS	-12 028,83	-12 268,09
Sócios - Empréstimos Turismo	-2 157,13	-4 947,56
Sócios - Empréstimos Sindicato	-8 663,92	-8 806,92
Outros	-27 370,12	-27 370,12
	-391 818,79	-374 965,46
	1 449 644,93	2 058 434,33

A diminuição verificada nesta rubrica resulta essencialmente de:

- dívidas de sócios, resultante do esforço empreendido no sentido de recuperação de dívidas;
- A dívida da I.T.I. Soc. de Investimentos Turísticos na Ilha da Madeira S.A., existente no final de 2021, foi regularizada em março de 2022.



11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, esta rubrica discrimina-se da seguinte forma:

	31-12-2022	31-12-2021
Imposto s/ o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	27 182,67	66 962,66
Imposto s/ o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	54 337,85	52 199,48
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	8 217,62	77 894,00
Segurança Social	76 144,26	74 554,90
Outras tributações	308,02	320,54
	166 190,42	271 931,58

O valor de IRC a pagar refere-se à tributação relativa à atividade não sindical e que, por isso, não está isenta de tributação em IRC.

O imposto estimado para o período tem a seguinte decomposição:

	31-12-2022	31-12-2021
Resultado antes de impostos	5 280 937,76	6 804 240,54
Matéria coletável	1 171 459,12	1 165 640,66
Correções à matéria coletável		
	1 171 459,12	1 165 640,66
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
Imposto sobre o rendimento	246 006,42	244 784,54
Dedução - Dupla tributação internacional	-59,35	-34,29
	245 947,07	244 750,25
Taxa efetiva de imposto	20,99%	21,00%

12. FUNDADORES / BENEMÉRITOS / PATROCINADORES / DOADORES / ASSOCIADOS / MEMBROS

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, esta rubrica do ativo apresenta os seguintes saldos:



	31-12-2022	31-12-2021
ATIVO		
Contribuições / quotizações / fundo de pensões		
Contribuições	2 734 828,73	2 591 793,04
Quotizações	361 394,66	342 057,13
F.C.S.	179 457,67	169 439,43
Fundo de Pensões	567,56	507,10
Fundo de Apoio Sindical	35,00	10,00
Beneficiários c/ + 25 anos	5 949,84	10 750,00
	3 282 233,46	3 114 556,70
Sócios - participações / subsídios		
SAMS - Ensino especial		0,60
SAMS - Subsídio de Invalidez	230,47	21,07
	230,47	21,67
Utilizadores GALP-Frota		
Valores a receber	13 697,17	14 135,82
Sócios - diversos		
Outros movimentos - a receber	135,50	135,50
Perdas por imparidade acumuladas	-13 697,17	-14 135,82
	3 282 599,43	3 114 713,87

Nas sub-rubricas acima encontram-se registados, essencialmente, os valores a receber dos associados referentes às contribuições/quotizações.

Na rubrica do passivo encontram-se registados as participações e subsídios a pagar aos beneficiários:

	31-12-2022	31-12-2021
PASSIVO		
Sócios - participações / subsídios		
Participações SAMS/FCS	70 720,37	132 468,70
SAMS - 3ª Idade	34 767,69	32 639,23
FCS - Subsídio Infantil	6 182,90	3 339,16
SAMS - Subsídio de Invalidez		
FCS - Subsídio Cheque Parto	350,00	350,00
	112 020,96	168 797,09





13. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Esta rubrica tem, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a seguinte decomposição:

	31-12-2022		31-12-2021	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Pessoal				
Adiantamentos ao pessoal	4 992,74		7 399,90	
Devedores por acréscimos de rendimentos				
Juros a receber	1 041,67			
Rappel BP	1 141,76		1 814,06	
Libervita Porto Santo	25 000,00		12 500,00	
	27 183,43		14 314,06	
Encontros de contas				
Faturação de Saúde	7 531 695,60		5 087 292,90	
Intermediários				
Turismo	2 642,09		2 642,09	
Sócios - utilização GALP-Frota	15 549,97		16 368,41	
	18 192,06		19 010,50	
Diversos				
Golden Actives - SGPS, S.A.	225 000,00		225 000,00	225 000,00
Outros	174 005,24		171 161,99	
	399 005,24		396 161,99	225 000,00
	7 981 069,07		5 524 179,35	225 000,00
Perdas por imparidades acumuladas (Nota 24)				
Devedores diversos	-121 408,26		-121 996,70	
	7 859 660,81		5 402 182,65	225 000,00

O valor registado em "Faturação de Saúde" diz respeito a faturas que deram entrada no Sindicato até 31 de dezembro, estando em conferência para apuramento do gasto efetivo do Sindicato e correspondente valor de responsabilidade do sócio.

A 31 de dezembro, o gasto a cargo do Sindicato foi estimado, com base na percentagem de participação média do ano (Nota 19).

No ativo encontram-se registados 225.000€, a receber da "Golden Actives – SGPS, S.A.". Este valor resulta da venda de 135.000 ações da "SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A." e, conforme contrato assinado em 17 de janeiro de 2019, será pago em doze prestações trimestrais e iguais, sem juros, tendo iniciado o pagamento em janeiro de 2021 e sendo o último pagamento em outubro de 2023.



A fim de garantir o integral e bom cumprimento, por parte da “Golden Actives – SGPS, S.A.”, do pagamento do preço decorrente do contrato de compra e venda de ações, foi constituída uma garantia bancária “on first demand”, a favor do Sindicato, no montante acordado para a venda.

14. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, esta rubrica engloba os seguintes saldos:

	31-12-2022	31-12-2021
Gastos a reconhecer		
Aluguer de instalações	4 299,67	4 719,98
Seguros	72 811,86	71 126,05
Contratos de assistência	127 285,45	104 297,80
Aluguer de equipamento	11 419,82	11 419,82
Outros	2 587,79	2 395,98
	218 404,59	193 959,63
Rendimentos a reconhecer		
Contribuições	8 389 820,27	7 688 312,24
Arrendamento de Instalações	3 034,50	3 034,50
	8 392 854,77	7 691 346,74

O valor registado em “Rendimentos a reconhecer – Contribuições” refere-se aos valores recebidos de diversos Bancos, relativos aos Protocolos assinados na sequência de processos de rescisão por mútuo acordo, com a possibilidade de os sócios do Sindicato terem SAMS vitalício, tendo os bancos efetuado o pagamento à cabeça do valor correspondente à sua comparticipação.

Este valor respeita essencialmente às comparticipações do Novo Banco e Oitante, sendo o proveito diferido por 31 anos, com base no cálculo efetuado pela entidade empregadora, correspondente ao somatório das contribuições futuras que o empregador teria de entregar desde a data de cessação do contrato de trabalho até à data do 85º aniversário de nascimento de cada trabalhador elegível.

15. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, estão incluídos nesta rubrica os seguintes saldos:





	31-12-2022	31-12-2021
Negociados na Carnegie		
Ações:		
Growth Value	190 000,00	190 000,00
Negociados no Novo Banco 0055-4810-0271		
Papel Comercial:		
Papel Comercial Rio Forte 34ª Em.	500 000,00	500 000,00
Fundos:		
FRC - INQ - Papel Comercial ESI Rio Forte	500,00	500,00
	500 500,00	500 500,00
Negociados no Millennium BCP		
Ações:		
Millennium BCP	14,64	14,09
Banco Santander	291,46	303,91
BBVA	2 817,00	2 624,95
Bankinter	3 751,20	2 640,90
Línea Directa Aseguradora	621,00	1 022,40
	7 495,30	6 606,25
	697 995,30	697 106,25
Perdas por imparidade acumuladas		
Ativos financeiros	-690 000,00	-690 000,00
	7 995,30	7 106,25

16. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica de "Caixa e depósitos bancários" encontrava-se com os seguintes saldos:



	31-12-2022	31-12-2021
Caixa	2 303,11	2 337,96
Depósitos à Ordem	15 405 252,74	16 810 701,57
Depósitos a Prazo	10 000 000,00	
Conta Cartão	22 309,53	15 967,08
	25 429 865,38	16 829 006,61

17. FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as variações ocorridas estão relacionadas com os seguintes eventos:

	Saldo 01-01-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo 31-12-2022
Reserva legal	3 300 684,29	655 949,03		3 956 633,32
Reserva especial de greve	10 441 812,81	655 949,03		11 097 761,84
Reserva Fundo Complementar de Saúde	1 910 017,23			1 910 017,23
Reserva para garantia de benefícios	10 880 137,80			10 880 137,80
Fundação Social Bancária	700 000,00			700 000,00
Reserva COVID-19	3 664 594,79			3 664 594,79
	30 897 246,92	1 311 898,06		32 209 144,98
Resultados transitados	1 064 574,30	5 247 592,23		6 312 166,53
Ajustamentos em ativos financeiros	-338 002,04			-338 002,04
Resultado líquido do exercício	6 559 490,29	5 034 990,69	-6 559 490,29	5 034 990,69
	38 183 309,47	11 594 480,98	-6 559 490,29	43 218 300,16





	Saldo 01-01-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo 31-12-2021
Reserva legal	2 842 609,94	458 074,35		3 300 684,29
Reserva especial de greve	9 985 774,67	458 074,35	-2 036,21	10 441 812,81
Reserva Fundo Complementar de Saúde	1 910 017,23			1 910 017,23
Reserva para garantia de benefícios	10 880 137,80			10 880 137,80
Fundação Social Bancária	700 000,00			700 000,00
Reserva COVID-19		3 664 594,79		3 664 594,79
	26 318 539,64	4 580 743,49	-2 036,21	30 897 246,92
Resultados transitados	1 062 538,09	2 036,21		1 064 574,30
Ajustamentos em ativos financeiros	-338 002,04			-338 002,04
Resultado líquido do exercício	4 580 743,49	6 559 490,29	-4 580 743,49	6 559 490,29
	31 623 819,18	11 142 269,99	-4 582 779,70	38 183 309,47

18. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, esta rubrica apresenta os seguintes valores:

	31-12-2022	31-12-2021
Fornecedores de saúde	7 656 835,74	5 010 833,06
Fornecedores gerais	240 700,51	58 279,30
Outros		64,70
	7 897 536,25	5 069 177,06

O valor de "Fornecedores de Saúde" diz respeito a faturas que deram entrada no Sindicato até 31 de dezembro. O prazo médio de pagamento a estes fornecedores é de 90 dias.

19. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, esta rubrica discrimina-se como segue:



	31-12-2022	31-12-2021
Fornecedores de investimentos	408 539,23	369 361,20
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	456 431,66	436 815,42
Faturação Saúde	7 450 023,55	5 322 521,32
Outros acréscimos de gastos	26 665,69	3 432,15
	7 933 120,90	5 762 768,89
Intermediários		
Fundo de Pensões / Quadros Bancários	2 345,03	5 399,69
Outros	371,75	371,75
	2 716,78	5 771,44
Diversos		
Sindicatos		0,67
Outros	321 187,04	819 338,33
	321 187,04	819 339,00
	8 665 563,95	6 957 240,53

A rubrica “Credores por acréscimos de gastos – Faturação Saúde” decompõe-se da seguinte maneira:

	Valor
Previsão de gastos c/ faturas entradas até 31.12	6 111 484,93
Previsão de gastos c/ faturas de 2022 entradas em 2023	1 338 538,62
Total	7 450 023,55

O gasto a cargo do Sindicato com faturas de 2022 entradas em 2023 foi estimado com base na percentagem de participação média do ano.

20. CONTRIBUIÇÕES E QUOTIZAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os rendimentos relativos a contribuições e quotizações detalham-se como segue:





	31-12-2022	31-12-2021
Contribuições:		
SAMS - Entidade Patronal	37 251 976,24	36 118 662,24
SAMS - Sócio	9 727 658,43	9 557 705,85
Quotizações	6 054 597,36	6 001 292,62
Fundo Complementar de Saúde	3 040 326,13	2 992 570,35
Fundo de Apoio Social	35 160,00	2 720,00
Contribuições Beneficiários (+25 anos)	58 000,00	97 150,00
	56 167 718,16	54 770 101,06

21. ATIVIDADE SINDICAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os gastos relativos à atividade sindical detalham-se como segue:

	31-12-2022	31-12-2021
Assistência na doença (SAMS)		
Comparticipação - Faturação	21 669 115,91	20 030 667,90
Comparticipação - Direta	13 471 014,63	13 587 991,63
Farmácias	5 188 865,20	4 861 664,73
3ª Idade	92 551,16	107 089,72
Outros	111 936,00	121 900,00
	40 533 482,90	38 709 313,98
Fundo Complementar de Saúde		
Comparticipações	3 598 922,39	3 187 843,97
Subsídios	320 144,00	359 843,00
	3 919 066,39	3 547 686,97
Gastos com a atividade sindical		
Conselho Geral	6 000,00	6 600,00
Compensação por greve		2 036,21
Cheque escolar	235 060,00	
	241 060,00	8 636,21
	44 693 609,29	42 265 637,16





Esta rubrica teve um crescimento de cerca de 5,7%, resultante de um aumento da utilização dos serviços de saúde, face a 2021.

22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição desta rubrica nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, foi a seguinte:

	31-12-2022	31-12-2021
Trabalhos especializados	671 015,90	637 546,30
Honorários	568 327,11	591 614,50
Comunicação	249 344,32	224 494,60
Rendas e alugueres	202 248,44	272 176,11
Limpeza, higiene e conforto	143 607,53	101 478,68
Deslocações e estadas	122 944,00	103 437,72
Publicidade e propaganda	89 938,82	66 129,87
Eletricidade	86 659,11	50 690,45
Serviços bancários	62 826,52	61 326,96
Informação aos sócios	59 521,23	44 727,47
Seguros	35 498,95	29 627,01
Transportes de pessoal	32 820,15	28 527,28
Despesas de representação	24 978,87	10 611,74
Artigos para oferta	23 247,26	14 317,08
Despesas de condomínio	22 700,09	21 051,47
Formação	21 500,00	10 400,00
Atividades desportivas e culturais	21 420,96	3 143,15
Vigilância e segurança	19 278,89	21 701,14
Conservação e reparação	18 783,10	4 566,59
Serviços de transportes	11 238,63	11 112,99
Contencioso e notariado	10 336,69	3 838,59
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	8 506,36	14 374,86
Água	7 691,24	6 770,69

(continua)



(continuação)

	31-12-2022	31-12-2021
Material de escritório	5 906,95	8 167,29
Combustíveis	5 415,90	2 130,50
Outros	5 028,28	3 837,99
Jornais e revistas	1 016,05	754,30
	2 531 801,35	2 348 555,33

23. GASTOS COM O PESSOAL

A repartição desta rubrica nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, foi a seguinte:

	31-12-2022	31-12-2021
Remunerações dos órgãos sociais		
Vencimentos	530 100,00	530 100,00
Encargos sobre remunerações	115 725,45	115 725,52
	645 825,45	645 825,52
Remunerações do pessoal		
Vencimentos	2 865 556,76	2 708 268,33
Encargos sobre remunerações	574 525,95	548 996,36
Outros encargos	23 513,05	22 596,58
Outros gastos com o pessoal	179 897,62	166 109,08
	3 643 493,38	3 445 970,35
	4 289 318,83	4 091 795,87

Em 2022 e 2021, a posição dos trabalhadores do Sindicato foi a seguinte:



	2022	2021
Contrato Sem Termo	104	98
Contrato Termo Certo	9	19
	113	117
Orgãos Sociais	25	25
	138	142

As atualizações salariais ocorridas em 2022 e 2021 foram as seguintes:

Vencimentos - Trabalhadores		
	2022	2021
% aumento	1,30%	0,50%

24. IMPARIDADES

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	31-12-2022	31-12-2021
Imparidades em dívidas a receber:		
Reforço das perdas por imparidade (Notas 10, 12 e 13)	-20 256,02	-2 215,37
Reversão de perdas por imparidade (Notas 10, 12 e 13)	4 429,78	14 080,79
	-15 826,24	11 865,42
Outras imparidades:		
Reforço das perdas por imparidade		
Em investimentos financeiros (Nota 9)	-8 796,48	-12 461,68
	-8 796,48	-12 461,68

25. AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:



	31-12-2022	31-12-2021
Perdas por reduções de justo valor		
Em instrumentos financeiros	-352,95	-60,90
Em propriedades de investimento (Nota 6)		
	-352,95	-60,90
Ganhos por aumentos de justo valor		
Em instrumentos financeiros (Nota 15)	1 242,00	680,22
Em propriedades de investimento (Nota 6)		
	1 242,00	680,22
	889,05	619,32

26. OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	31-12-2022	31-12-2021
Arrendamento Libervita Alcabideche	842 057,60	678 150,41
Exploração do Hotel Libervita Porto Santo	237 500,00	352 909,78
Emissão Cartão Família / Cartão SAMS	89 582,63	83 678,61
Correções relativas a períodos anteriores	69 957,19	31 983,76
Arrendamento de instalações	36 000,00	33 000,00
Cedência de pessoal	34 810,94	33 856,32
Atividades desportivas e culturais	11 953,50	115,00
Outros	1 532,47	35 843,19
Cartão BP - Rappel	1 141,76	1 814,06
Ganhos em investimentos não financeiros	1 033,67	5 095,00
Dividendos obtidos	395,83	260,97
Apartamentos turísticos		112 665,72
Ganhos em outros instr. Financeiros		1 022,40
	1 325 965,59	1 370 395,22



27. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	31-12-2022	31-12-2021
Impostos	30 347,98	31 636,96
Correções relativas a períodos anteriores	152 082,13	39 839,48
Donativos	10 000,00	7 000,00
Quotizações	68 810,00	68 810,00
Juros de mora e compensatórios	103,77	
Outros	508,72	1 099,97
Diferenças de câmbio desfavoráveis		357,37
	261 852,60	148 743,78

28. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	31-12-2022	31-12-2021
Juros de depósitos	1 041,67	
	1 041,67	

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data de reporte, não existem quaisquer outros eventos subsequentes que possam afetar as demonstrações financeiras do Sindicato em referência a 31 de dezembro de 2022.



30. GARANTIAS E PROCESSOS JUDICIAIS

Garantias prestadas

A 31 de dezembro de 2022, o Sindicato possui uma garantia junto do Novo Banco, no valor global de 3.750€.

Processos Judiciais

O Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários, com referência à data de 31 de dezembro de 2022, não tem litígios judiciais pendentes.





O Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários,

A Direção

Luís Cardoso Botelho

O Contabilista Certificado

Isabel Maria Barata Oliveira

Paulo Alexandre Gonçalves Marcos